SINOPSE

Nos últimos meses, até janeiro de 2020, os principais dados disponíveis sinalizam que a retomada do mercado de trabalho brasileiro ganhou maior intensidade, conjugando uma expansão mais forte da ocupação, especialmente no mercado formal, além de uma queda simultânea da desocupação e da subocupação.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observa-se que este melhor desempenho da ocupação vem sendo possibilitado não apenas pelo aumento da geração de postos de trabalho, mas também pelo recuo do número de demissões. De fato, no último trimestre de 2019, a proporção de ocupados que já se encontravam nesta situação no trimestre imediatamente anterior foi de 86,1%, o que significa o maior patamar de retenção de trabalhadores para este período desde 2014. Deve-se ressaltar, ainda, que, embora este aumento na retenção de ocupados venha ocorrendo em todos os segmentos, ele é um pouco mais expressivo no mercado formal. No quarto trimestre de 2019, a retenção de ocupados no setor formal da economia foi de 90,1%, o que constitui o pico da série, superando, inclusive, os períodos de maior dinamismo no mercado de trabalho brasileiro.

A análise dos microdados de transição da PNAD Contínua também indica que o crescimento do emprego formal nos últimos meses está associado a movimentações mais favoráveis nos fluxos de trabalhadores entrando ou saindo desta categoria. O fluxo de trabalhadores que migrou da informalidade para a formalidade, que havia recuado de 17% para 13,1% entre 2014 e 2018, voltou a acelerar, chegando a 13,7% em 2019. Já a parcela de trabalhadores que transitou da desocupação para o mercado formal, após desacelerar de 15,4% para 8,7% entre 2014 e 2018, interrompeu a queda e manteve-se em 8,8% no último trimestre de 2019. Em contrapartida, a parcela de ocupados que transitaram na direção oposta – da formalidade para a informalidade – caiu de 5,9% para 5,3% entre o terceiro e o quarto trimestre de 2019. Além do aumento da permanência de trabalhadores na ocupação, os microdados também mostram que vem recuando a proporção de desempregados que se mantêm nesta situação por dois trimestres consecutivos. No quarto trimestre de 2019, esta parcela era de 44,3%, ou seja, 2,9 pontos percentuais (p.p.) menor que a registrada no mesmo período de 2018.

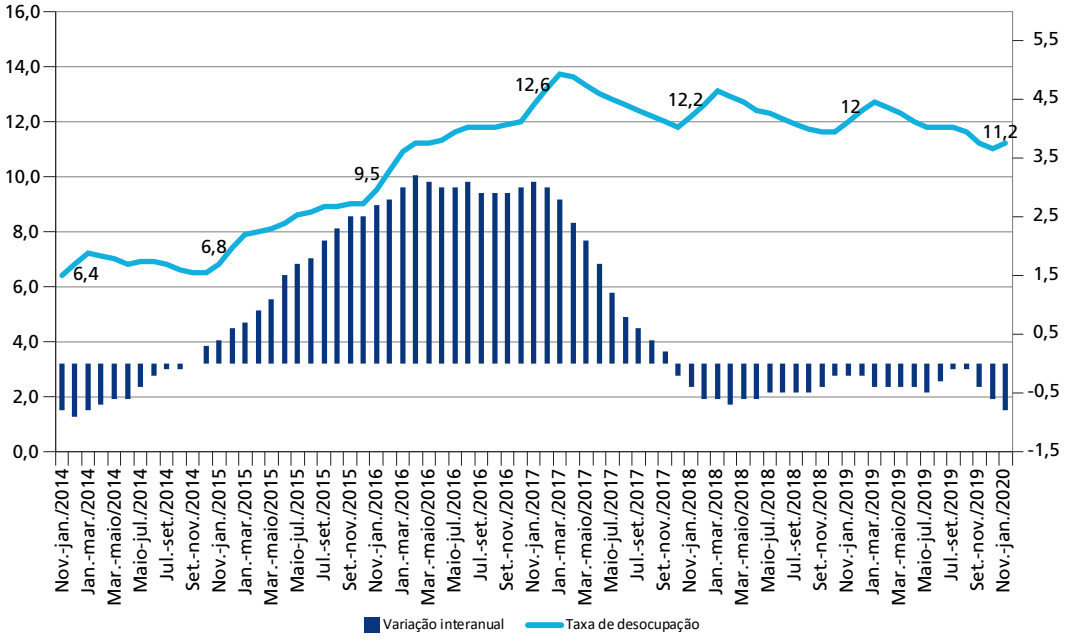
Embora os dados relativos à ocupação tenham registrado, nos últimos meses, uma dinâmica bem mais favorável, o mesmo não se pode dizer do comportamento dos rendimentos. Os rendimentos reais médios apresentaram um aumento de 0,4% no quarto trimestre de 2019 em comparação com o mesmo trimestre de 2018, e um crescimento de quase 1% em relação ao trimestre imediatamente anterior. A partir da utilização do indicador Ipea de inflação por faixa de renda, nota-se que, na comparação

interanual, no quarto trimestre de 2019, houve uma queda no rendimento médio real domiciliar em todas as faixas de renda, especialmente nas faixas 4 (entre R$ 4.134,03 e R$ 8.268,06) e 5 (entre R$ 8.268,06 e R$ 16.536,12), com variações de -1,97% e -2,01%, respectivamente. Já as faixas mais baixas (menor que R$ 1.653,015) e mais alta (maior que R$ 16.536,12) apresentaram recuos de 1,95% e 1,45%, respectivamente. Essa queda generalizada de rendimentos pode ser explicada pela combinação de uma aceleração inflacionária no fim do ano passado, impactada pelo forte reajuste dos alimentos, além de um efeito composição, tendo em vista que as novas vagas criadas tendem a apresentar uma remuneração mais baixa que as vigentes, gerando uma queda do salário médio da economia.

1 ASPECTOS GERAIS

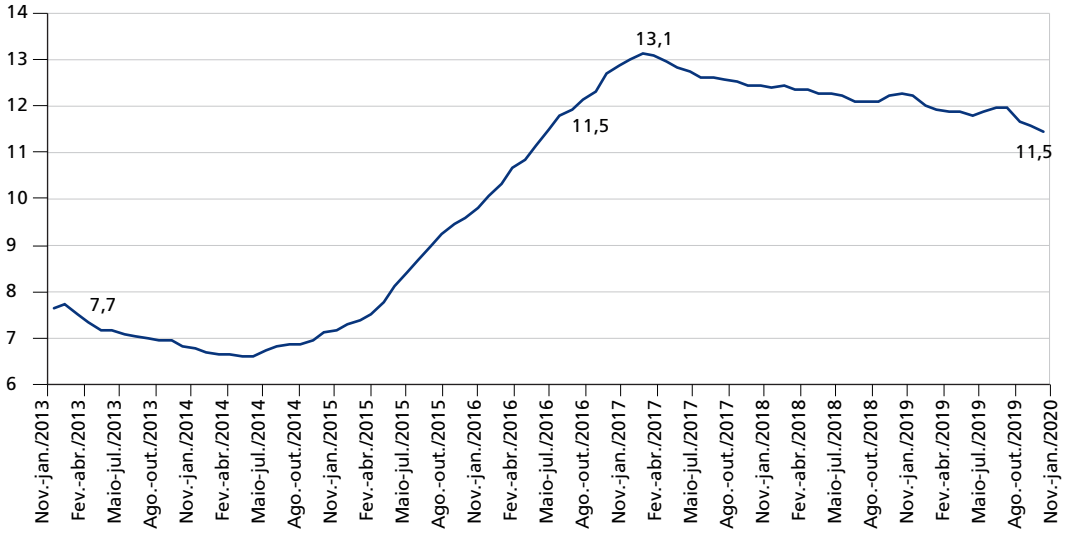
Os dados mais recentes mostram que, nos dois últimos trimestres móveis da PNAD Contínua, o mercado de trabalho brasileiro voltou a apresentar um ritmo de recuperação mais intenso, combinando uma expansão mais forte da ocupação, em especial a com carteira assinada, e uma queda conjunta da desocupação e da subocupação. De acordo com as estatísticas dessa pesquisa, a taxa de desemprego de 11,2% no último trimestre móvel, encerrado em janeiro, indica que a desocupação recuou 0,8 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, o que significa a maior retração neste tipo de comparação desde a ocorrida no primeiro trimestre de 2014 (gráfico 1). De modo análogo, os dados dessazonalizados ratificam esta trajetória de desaceleração da taxa de desemprego, revelando que a desocupação de 11,5% apurada no último trimestre atingiu o seu menor patamar desde o observado no período maio-julho de 2016 (gráfico 2).

GRÁFICO 1
Taxa de desocupação (2014-2020)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

GRÁFICO 2
Taxa de desocupação dessazonalizada (2013-2020)
(Em %)

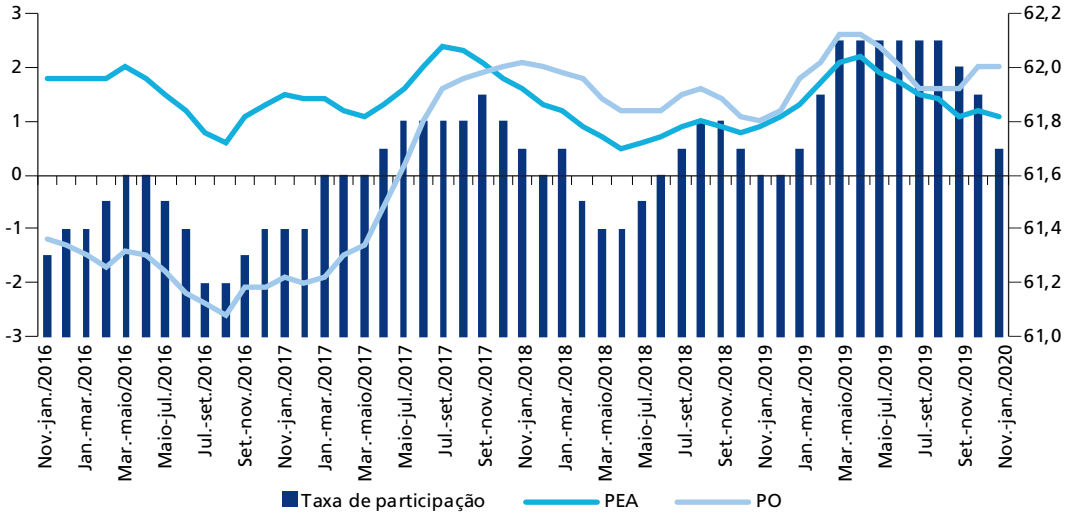


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Ao contrário de períodos anteriores, em que boa parte da queda da taxa de desemprego ocorria por conta da retração da força de trabalho, nos trimestres mais recentes, nota-se que o recuo da desocupação se dá, sobretudo, por uma expansão da ocupação (gráfico 3). Nos dois últimos trimestres móveis, a população ocupada (PO) voltou a crescer a uma taxa interanual de 2,0%, acelerando em relação ao observado ao longo do segundo semestre de 2019. Na análise dos dados dessazonalizados, essa recuperação mais forte da ocupação torna-se ainda mais evidente, tendo em vista que, trimestre após trimestre, novos picos históricos na série do IBGE são alcançados (gráfico 4).

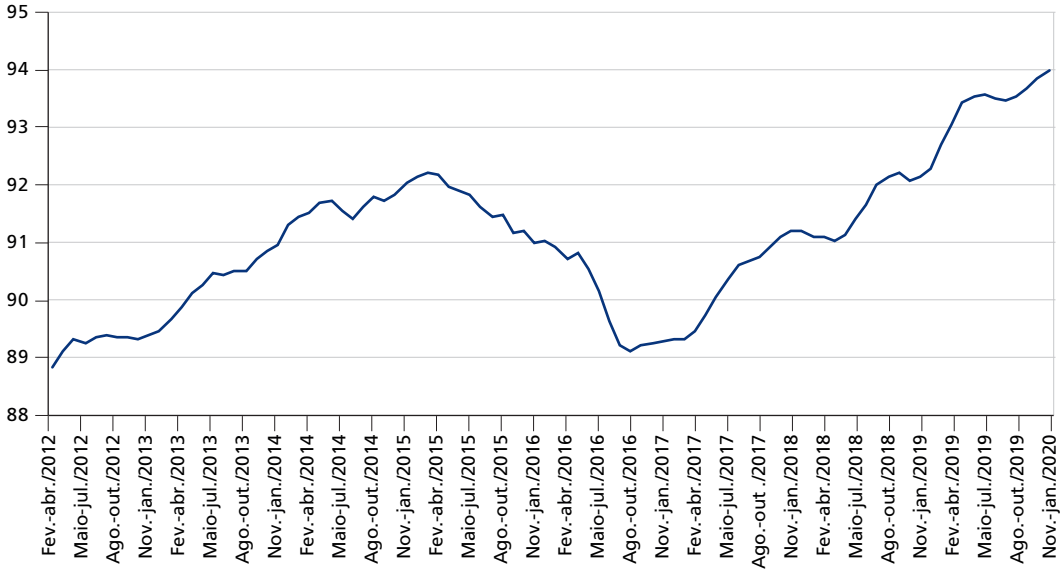
Em contrapartida, a força de trabalho vem apontando um ritmo de crescimento mais modesto nos últimos trimestres, gerando uma descompressão sobre as taxas de participação e de desocupação. Após registrar taxas de expansão interanuais acima de 2,0% nos primeiros meses de 2019, o incremento da população economicamente ativa (PEA) vem recuando gradativamente, de modo que, no último trimestre móvel, a alta observada foi de apenas 1,1%. O resultado foi que a taxa de participação recuou pelo terceiro trimestre consecutivo, ficando em 61,7% em janeiro.

GRÁFICO 3
PEA e PO: taxa de participação (2016-2020)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 4
PO dessazonalizada (2012-2020)
(Em milhões de pessoas)

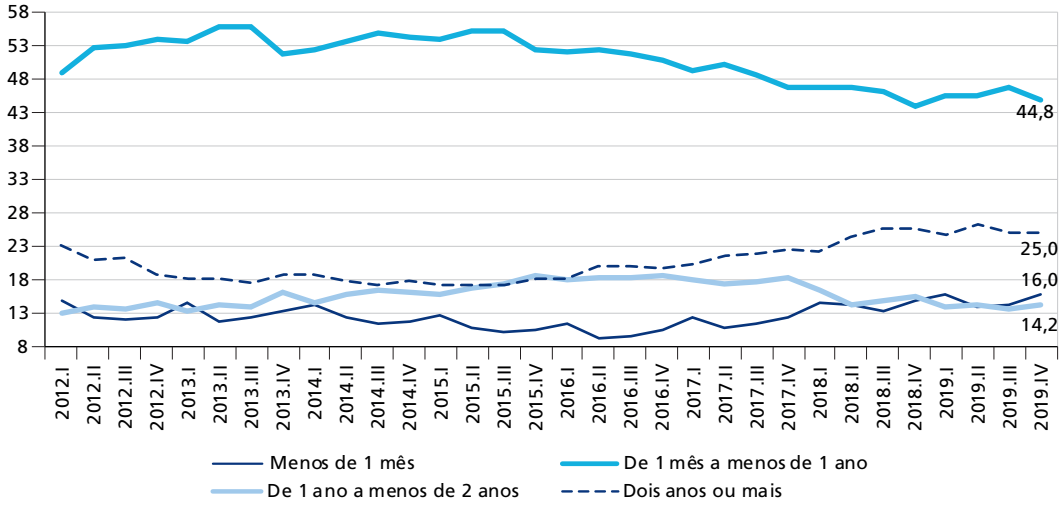


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Além do avanço quantitativo da ocupação mostrado no gráfico 4, a PNAD Contínua também revela que vem melhorando a composição da PO, tendo em vista o ritmo mais acelerado de crescimento do emprego formal (2,4% no trimestre móvel terminado em janeiro).

Como resultado desse movimento de criação de novas vagas no mercado de trabalho em ritmo superior ao crescimento da força de trabalho, o número de desocupados no Brasil vem se reduzindo consistentemente nos últimos meses. Em que pese o fato de o desemprego ainda atingir 11,9 milhões de pessoas, esse contingente recuou 5,6% no último trimestre móvel, o que configura a maior retração neste tipo de comparação desde o trimestre encerrado em junho de 2014. Adicionalmente, deve-se ressaltar que, mesmo diante de uma trajetória ainda lenta, vem caindo o número de desempregados de longo prazo no país. De acordo com o gráfico 5, a parcela de desocupados que estavam nesta situação há mais de um ano recuou de 41,1%, no último trimestre de 2018, para 39,2%, neste mesmo trimestre em 2019. Na mesma toada, a fração de desempregados que conseguiram uma colocação no mercado de trabalho em menos de um mês avançou de 14,9% para 16,0% no período considerado.

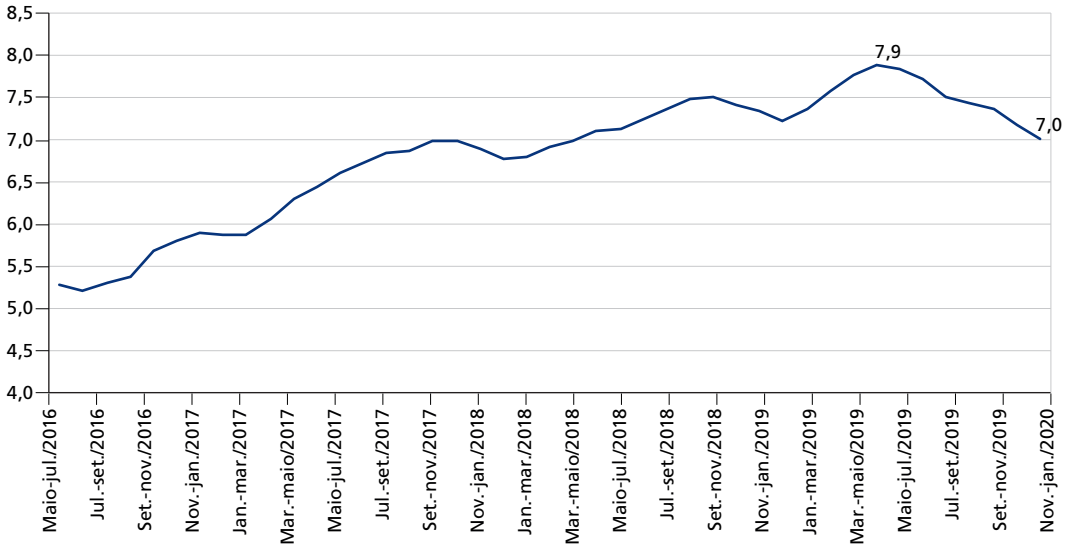
GRÁFICO 5
Parcela de desocupados por tempo de procura (2012-2019)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

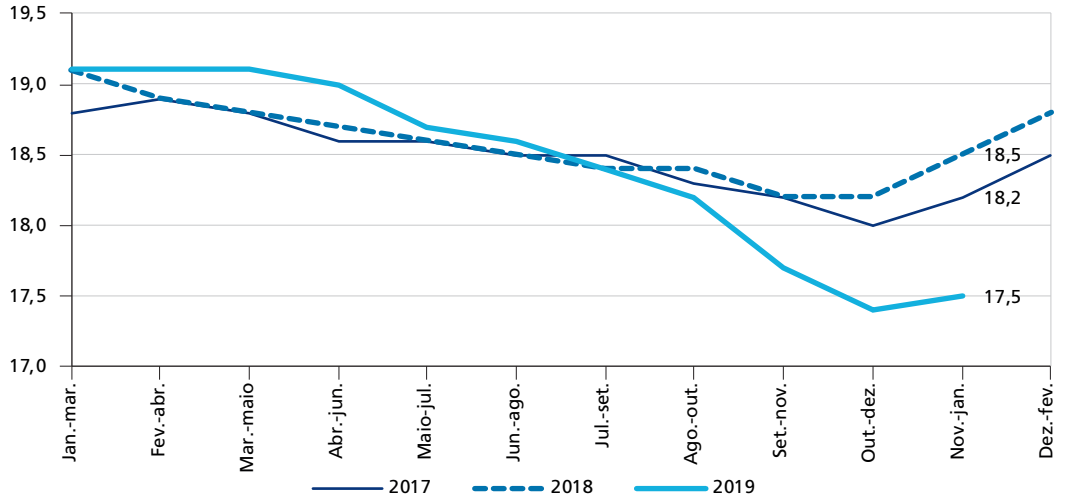
Assim como vem ocorrendo com a desocupação, as medidas de subocupação também registram um comportamento mais favorável nos últimos meses. Na comparação interanual, a proporção de ocupados que trabalham menos de 40 horas semanais, mas que estão disponíveis e gostariam de trabalhar mais, em relação ao total da ocupação, recuou pelo sétimo trimestre móvel consecutivo, passando de 7,9%, em abril-junho de 2019, para 7,0%, em janeiro de 2020 (gráfico 6). Como consequência deste maior dinamismo no mercado de trabalho, a taxa combinada de desocupação e subocupação recuou 1,0 p.p. ao longo do último ano, passando de 18,5%, no trimestre móvel encerrado em janeiro de 2019, para 17,5%, em 2020 (gráfico 7).

GRÁFICO 6
População subocupada por insuficiência de horas trabalhadas em relação ao total da ocupação (2016-2020)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 7
Taxa combinada de desocupação e subocupação (2017-2019)
(Em %)



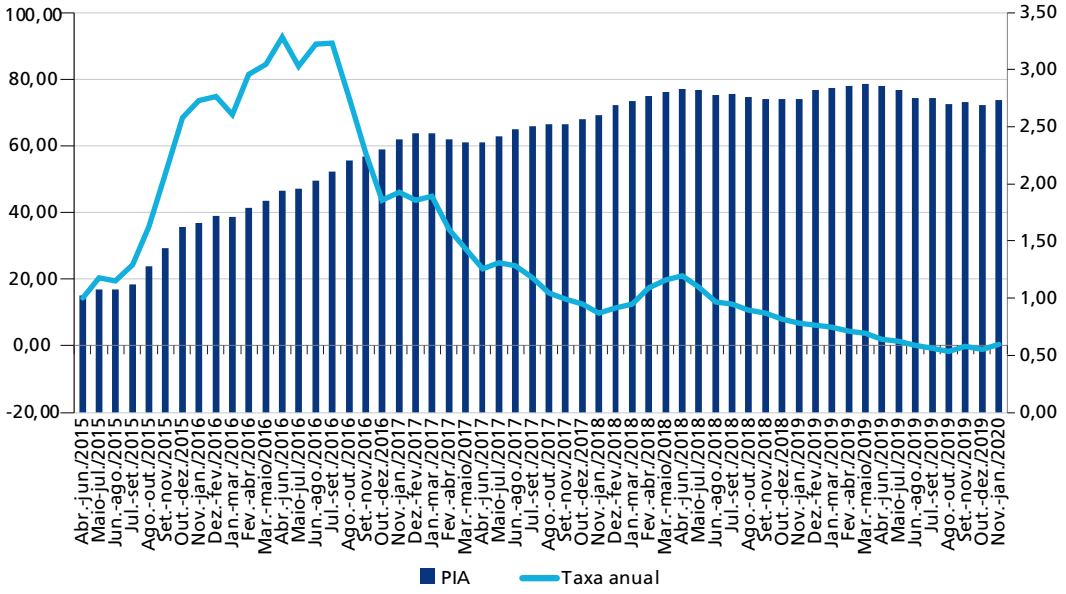
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Por fim, nota-se que, mesmo diante desse quadro de melhora no cenário de emprego, o número de desalentados[1] no país apresentou uma leve alta na margem, avançando 0,5%, no último trimestre móvel, na comparação interanual (gráfico 8). A partir dos

1. Tal como o IBGE, consideramos como motivos associados ao desalento as seguintes categorias de respostas à pergunta sobre a razão de o indivíduo não ter buscado emprego na semana de referência: *i)* não conseguia trabalho adequado; *ii)* não tinha experiência profissional ou qualificação; *iii)* ser considerado muito jovem ou muito idoso; e *iv)* não havia trabalho na localidade.

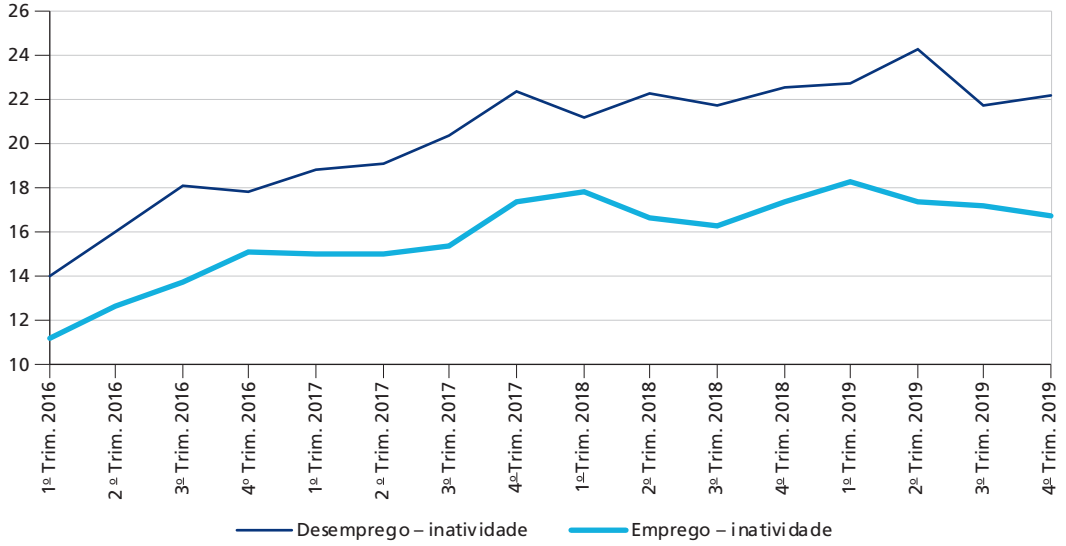
microdados de transição, é possível identificar que este ligeiro aumento do desalento ocorreu pela saída de desempregados em direção à inatividade, tendo em vista que vem se mantendo a queda na proporção de indivíduos que saem da condição de ocupados para a de inativos por motivos ligados ao desalento (gráfico 9).

GRÁFICO 8
Indicadores de desalento (2015-2020)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 9
Transição de desalentados (2016-2019)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

2 ANÁLISE DOS DADOS DESAGREGADOS E DE TRANSIÇÃO

Segundo os dados desagregados da PNAD Contínua trimestral, descritos na tabela 1, observa-se que, no último trimestre de 2019, na comparação interanual, o desemprego recuou em praticamente todos os segmentos pesquisados.

O recorte regional mostra que, à exceção do Centro-Oeste, cuja desocupação avançou 0,8 p.p., impactada pela alta de 2,2 p.p. da taxa de desemprego em Goiás, todas as demais regiões apresentaram um desempenho mais favorável no quarto trimestre. Por certo, entre as 23 Unidades da Federação (UFs), quinze apresentaram um recuo da desocupação no quarto trimestre (tabela A.5 do apêndice), com destaque para Amapá (-4,1 p.p.), Alagoas (-2,3 p.p.), Maranhão (-1,9 p.p.), Amazonas (-1,5 p.p.) e Rio de Janeiro (-1,1 p.p.). No caso das regiões metropolitanas (RMs) e não metropolitanas, a PNAD Contínua mostra que houve queda do desemprego nos dois grupos, de modo que as taxas de desocupação passaram de 13,3% e 10,3%, em 2018, para 12,5% e 9,7%, em 2019.

As estatísticas abertas por gênero indicam que não apenas se mantém a tendência de um desemprego maior entre as mulheres (13,1%), relativamente aos homens (9,2%), como também mostram uma queda mais forte da desocupação masculina (-0,9 p.p.) ante a feminina (-0,4 p.p.). Em relação à posição familiar, os dados revelam que, enquanto a taxa de desemprego entre os não chefes de família recuou de 15,3% para 14,0% entre o quarto trimestre de 2018 e o quarto trimestre de 2019, a dos chefes de família mostrou uma leve alta de 0,1 p.p., ficando em 7,2%.

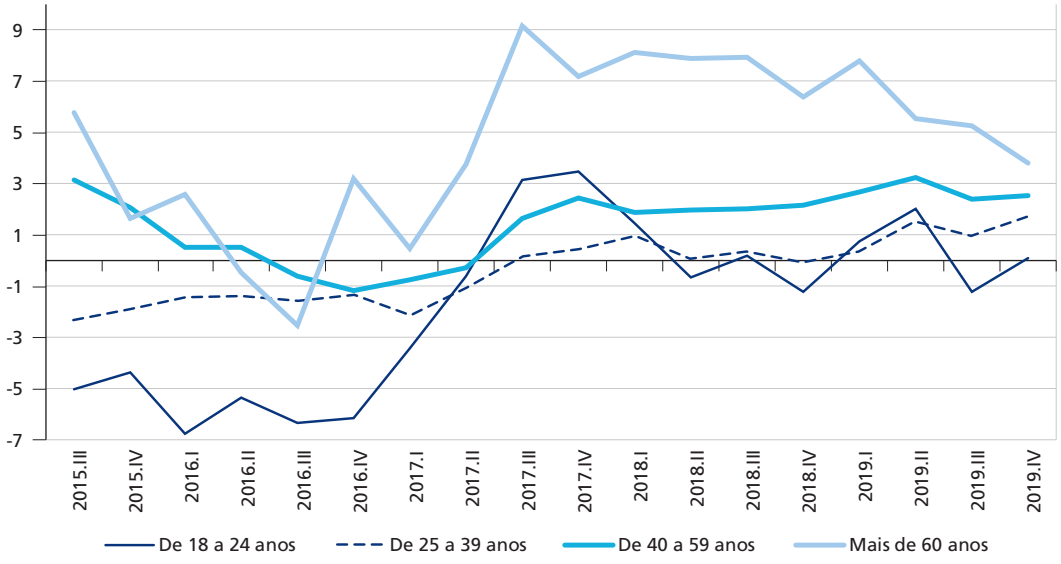
TABELA 1
Taxa de desemprego (2017-2019)
(Em %)

	2017		2018				2019			
	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Brasil	**12,4**	**11,8**	**13,1**	**12,4**	**11,9**	**11,6**	**12,7**	**12,0**	**11,8**	**11,0**
Centro-Oeste	9,7	9,4	10,5	9,5	8,9	8,5	10,8	10,3	10,2	9,3
Nordeste	14,8	13,8	15,9	14,8	14,4	14,4	15,3	14,6	14,4	13,6
Norte	12,2	11,3	12,7	12,1	11,5	11,7	13,1	11,8	11,7	10,6
Sudeste	13,2	12,6	13,8	13,2	12,5	12,1	13,2	12,4	11,9	11,4
Sul	7,9	7,7	8,4	8,2	7,9	7,3	8,1	8,0	8,1	6,8
Masculino	11,0	10,5	11,6	11,0	10,5	10,1	10,9	10,3	10,0	9,2
Feminino	14,2	13,4	15,0	14,2	13,6	13,5	14,9	14,1	13,9	13,1
De 18 a 24 anos	26,5	25,3	28,1	26,6	25,8	25,2	27,3	25,8	25,7	23,8
De 25 a 39 anos	11,3	10,8	11,9	11,5	11,0	10,7	11,9	11,1	10,8	10,3
De 40 a 59 anos	7,4	7,0	7,8	7,5	6,9	6,9	7,5	7,2	7,1	6,6
Mais de 60 anos	4,3	4,2	4,6	4,4	4,5	4,0	4,5	4,8	4,6	4,2
Não chefe de família	16,4	15,3	17,2	16,3	15,6	15,3	16,6	15,5	15,1	14,0
Chefe de família	7,6	7,4	8,1	7,8	7,3	7,1	7,9	7,7	7,6	7,2
Ensino fundamental incompleto	11,4	10,9	12,0	11,4	11,0	11,0	11,3	10,9	11,1	10,4
Ensino fundamental completo	14,8	13,6	14,8	13,8	13,5	13,5	13,9	13,9	13,8	12,3
Ensino médio incompleto	21,0	20,4	22,0	21,1	20,9	19,7	22,1	20,5	20,6	18,5
Ensino médio completo	14,0	13,0	14,9	14,0	13,2	12,8	14,6	13,6	12,9	12,2
Ensino superior	7,9	7,8	8,7	8,4	7,8	7,5	8,6	8,1	7,7	7,3
Região metropolitana	14,1	13,7	14,7	14,4	13,8	13,3	14,3	13,8	13,4	12,5
Não região metropolitana	11,2	10,3	11,9	10,9	10,4	10,3	11,5	10,6	10,5	9,7

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

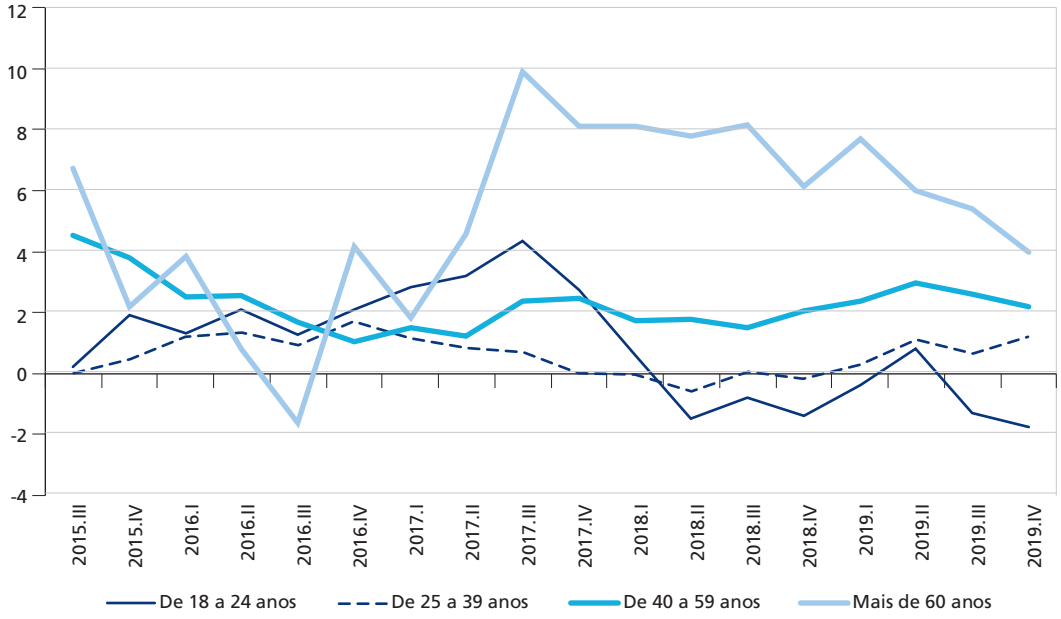
A desagregação por faixa etária mostra que, mantendo-se a tendência do trimestre anterior, houve um recuo mais forte da desocupação entre os mais jovens e um leve incremento entre os trabalhadores de idade mais avançada. Entretanto, a análise dos fatores determinantes deste comportamento da desocupação nas duas faixas revela aspectos bem distintos. De fato, enquanto a taxa de desemprego da população mais nova recua muito mais por conta da retração da força de trabalho neste segmento (-1,8%) que pelo avanço da ocupação (0,1%), o inverso ocorre no grupo de trabalhadores mais idosos. No quarto trimestre de 2019, embora a PO com mais de 59 anos tenha apontado uma expansão de 3,8% (gráfico 10), esta não foi suficiente para anular os efeitos da alta de 4,0% na força de trabalho deste segmento (gráfico 11). Nas duas faixas intermediárias – 25 a 39 anos e 40 a 59 anos –, verifica-se que, mesmo diante de um crescimento da PEA (1,2% e 2,2%, respectivamente), o crescimento da ocupação em ritmo mais acelerado (1,7% e 2,5%) possibilitou um recuo da taxa de desocupação em ambos os casos.

GRÁFICO 10
PO: por faixa etária – variação interanual (2015-2019)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

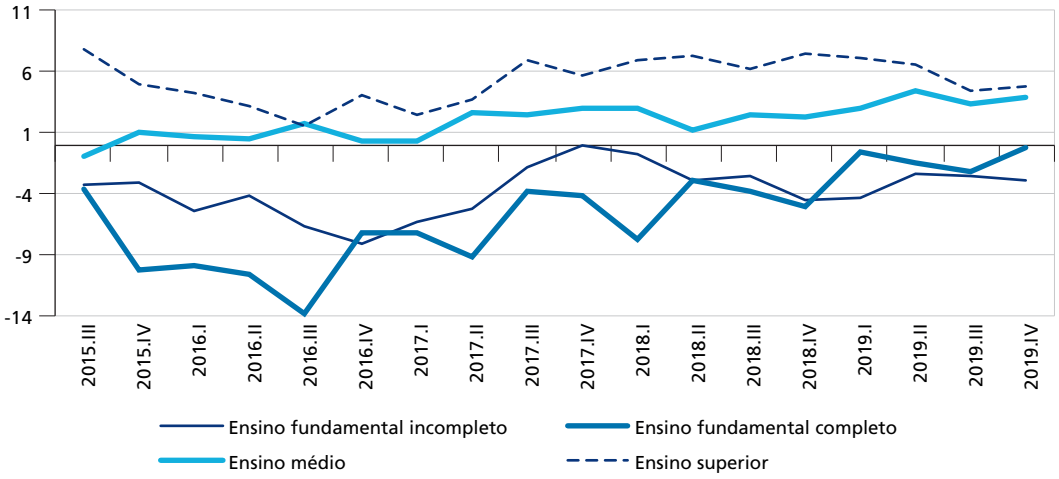
GRÁFICO 11
PEA: por faixa etária – variação interanual (2015-2019)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

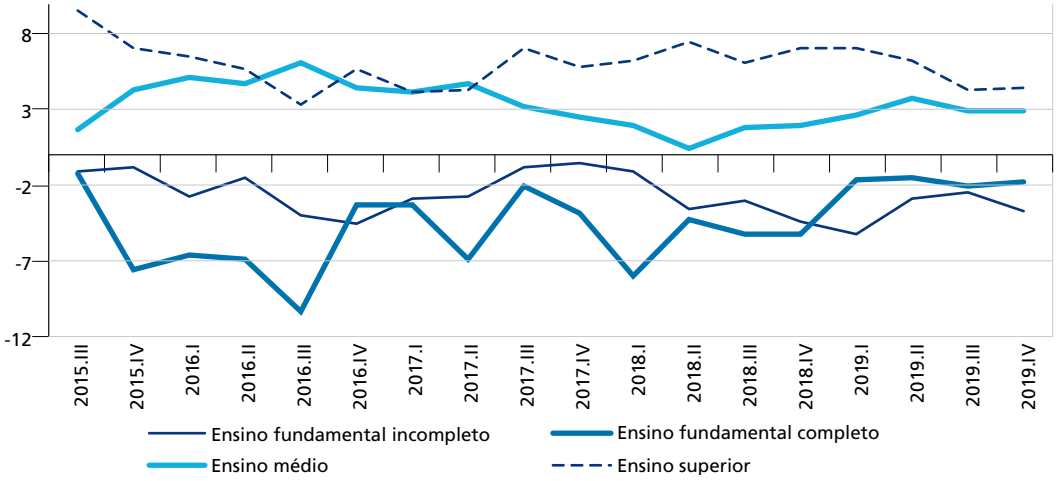
Por fim, o recorte por grau de escolaridade sinaliza uma queda da desocupação em todos os níveis educacionais, com destaque para o segmento dos trabalhadores com ensino fundamental completo, cuja taxa recuou 1,2 p.p. entre 2018 e 2019, proporcionada apenas pela contração da força de trabalho (-1,7%), dado que a ocupação deste extrato registrou uma queda de 0,3% (gráfico 12). Em sentido contrário, mesmo apresentando uma retração menos expressiva do desemprego (0,2 p.p.), o conjunto de trabalhadores com nível superior é o que aponta o melhor desempenho em termos de ocupação (4,7%), conseguindo, inclusive, abarcar a expansão de 4,5% da sua força de trabalho (gráfico 13). Além disso, deve-se ressaltar que os dados divulgados pela PNAD Contínua consolidam, trimestre a trimestre, um cenário marcado pela recomposição da força de trabalho no país, com o aumento da escolaridade da população brasileira, desencadeando uma contração do número de trabalhadores com poucos anos de estudo e, por conseguinte, uma elevação do contingente de indivíduos com formação mais alta.

GRÁFICO 12
PO: por grau de instrução – variação interanual (2015-2019)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 13
PEA: por grau de instrução – variação interanual (2015-2019)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

BOX 1

Microdados de transição da PNAD Contínua ratificam cenário de melhora no mercado de trabalho brasileiro

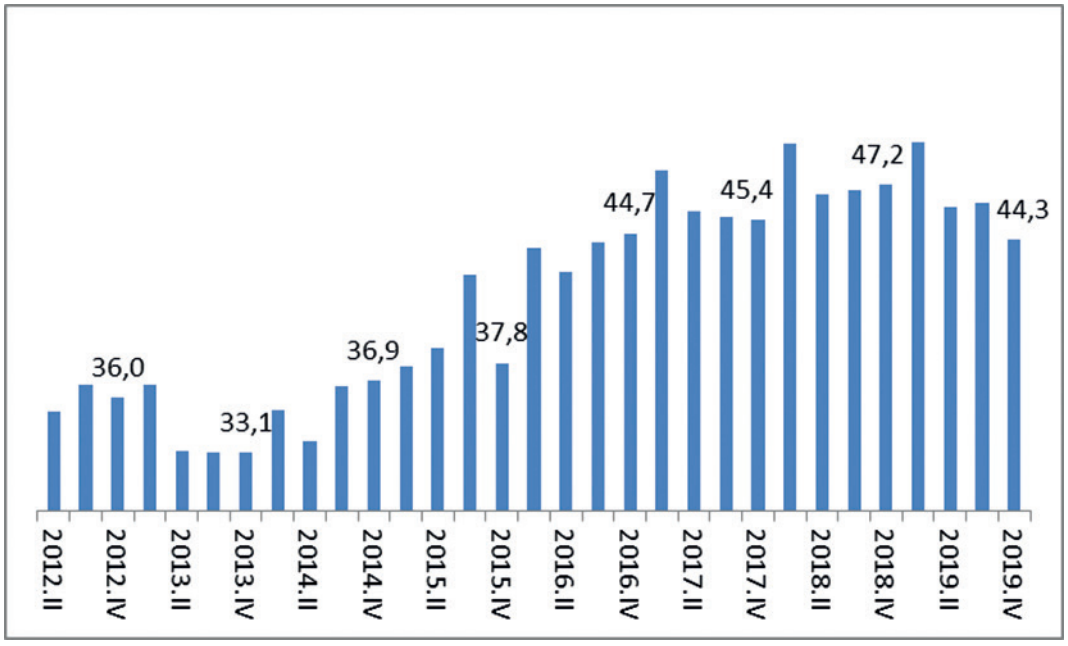
Como detalhado anteriormente, o fluxo de trabalhadores no mercado de trabalho nos últimos trimestres sinaliza que, de fato, o cenário de emprego no país vem apresentando uma dinâmica mais favorável, especialmente no que diz respeito à expansão da ocupação. Nota-se, entretanto, que essa melhora no desempenho da PO é decorrente não apenas do aumento do número de contratações, mas também da desaceleração do ritmo das demissões. Por certo, a análise dos microdados de transição da PNAD Contínua revela que, recentemente, vem ocorrendo, de forma simultânea, uma queda no tempo de permanência no desemprego e uma maior retenção de trabalhadores na ocupação. Quanto ao tempo de permanência no desemprego, observa-se que, embora a proporção atual de trabalhadores desempregados em um trimestre que se mantêm nesta situação no trimestre seguinte ainda esteja em um patamar bem acima do piso histórico da série (33,1%), esse percentual recuou ao longo de 2019 (gráfico 14). No último trimestre do ano passado, 44,3% dos desempregados no país estavam nesta mesma situação no trimestre anterior, o que significa uma queda de 2,9 p.p. em relação ao registrado no mesmo período de 2018.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 14

Proporção de desocupados que se mantiveram nesta situação em pelo menos dois trimestres consecutivos (2012-2019)

(Em %)

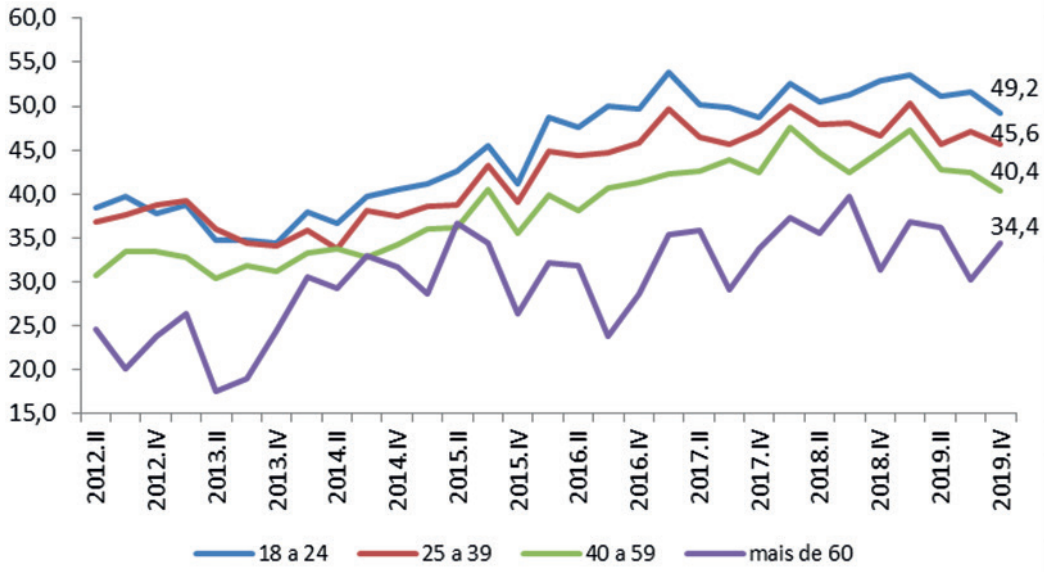


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

A análise dos microdados de transição também aponta que, à exceção do grupo de desocupados com mais de 60 anos, essa queda no tempo de permanência no desemprego atinge todas as demais faixas etárias. No caso do segmento dos mais jovens, nota-se que, enquanto, no primeiro trimestre de 2017, 53,8% dos desempregados com idade entre 18 e 24 anos já estavam desocupados no trimestre imediatamente anterior, no último trimestre de 2019, esse percentual recuou para 49,2% (gráfico 15). Já no caso

dos trabalhadores mais idosos, mesmo diante de uma leve aceleração na margem, este grupo é o que apresenta o melhor desempenho entre todas as faixas – 34,4% dos desempregados com mais de 60 anos que estavam desempregados no terceiro trimestre de 2019 mantiveram-se nesta mesma condição no quarto trimestre.

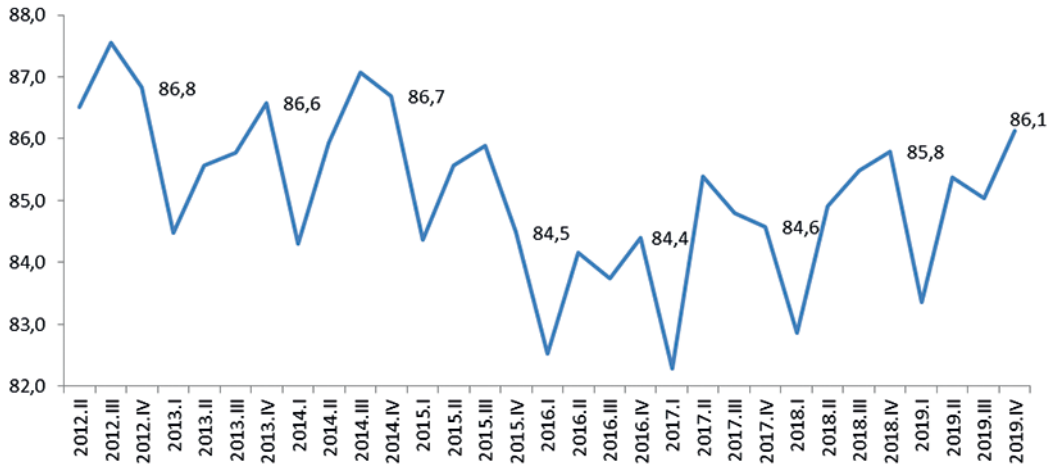
GRÁFICO 15
Proporção de desocupados que se mantiveram nesta situação em pelo menos dois trimestres consecutivos, por faixa etária (2012-2019)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Em relação à retenção de trabalhadores na ocupação, os dados revelam que vem crescendo a proporção daqueles que se mantêm ocupados em dois trimestres consecutivos (gráfico 16). No quarto trimestre de 2019, 86,1% dos ocupados já estavam nesta condição no trimestre anterior, o que implica maior retenção para este período nos últimos quatro anos.

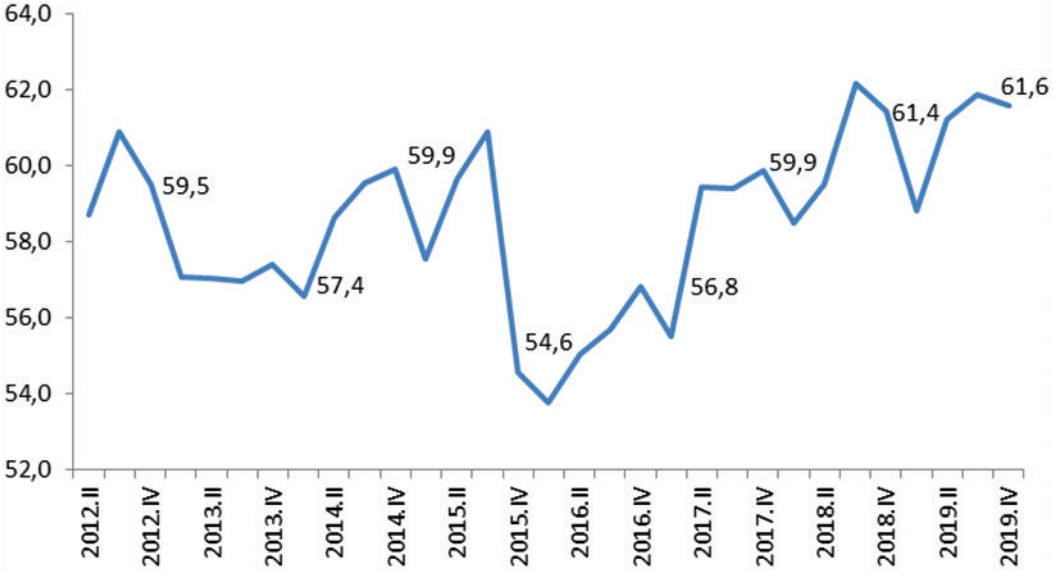
GRÁFICO 16
Proporção de ocupados que se mantiveram nesta situação em pelo menos dois trimestres consecutivos (2012-2019)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

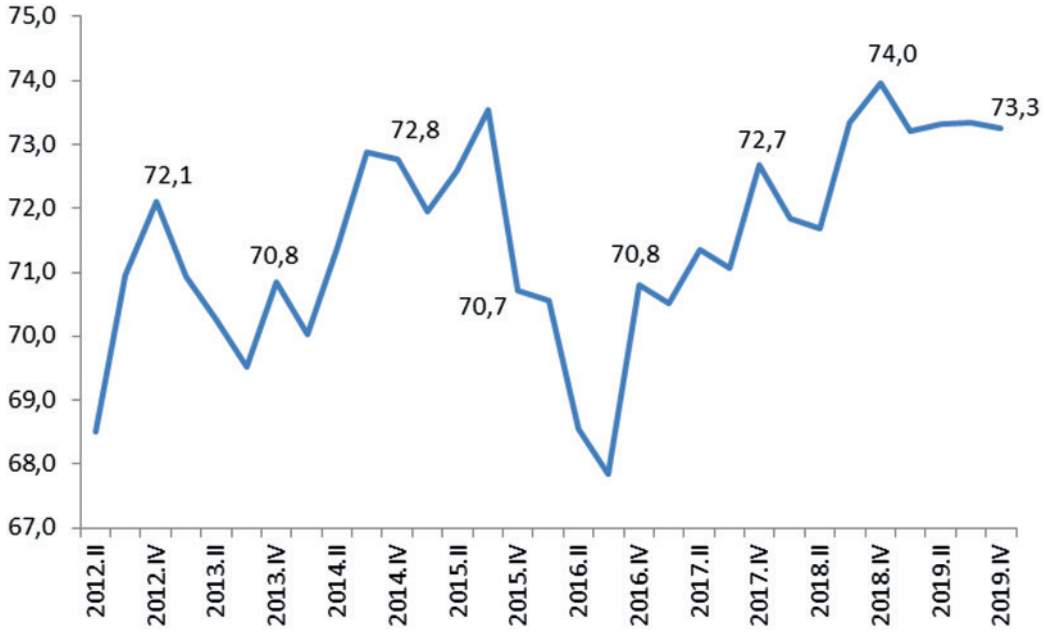
Ainda de acordo com os microdados do IBGE, na abertura pelo tipo de vínculo, destaca-se que, a despeito de haver uma trajetória ascendente na curva de retenção de trabalhadores em todos os segmentos, esta vem sendo mais intensa no mercado formal da economia. Por certo, nota-se que, levando-se em conta sempre o último trimestre do ano, em 2019, ocorreu uma leve alta na retenção de ocupados no mercado informal (gráfico 17) e uma queda no segmento de conta-própria (gráfico 18).

GRÁFICO 17
Proporção de ocupados no mercado informal que se mantiveram nesta situação em pelo menos dois trimestres consecutivos (2012-2019)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

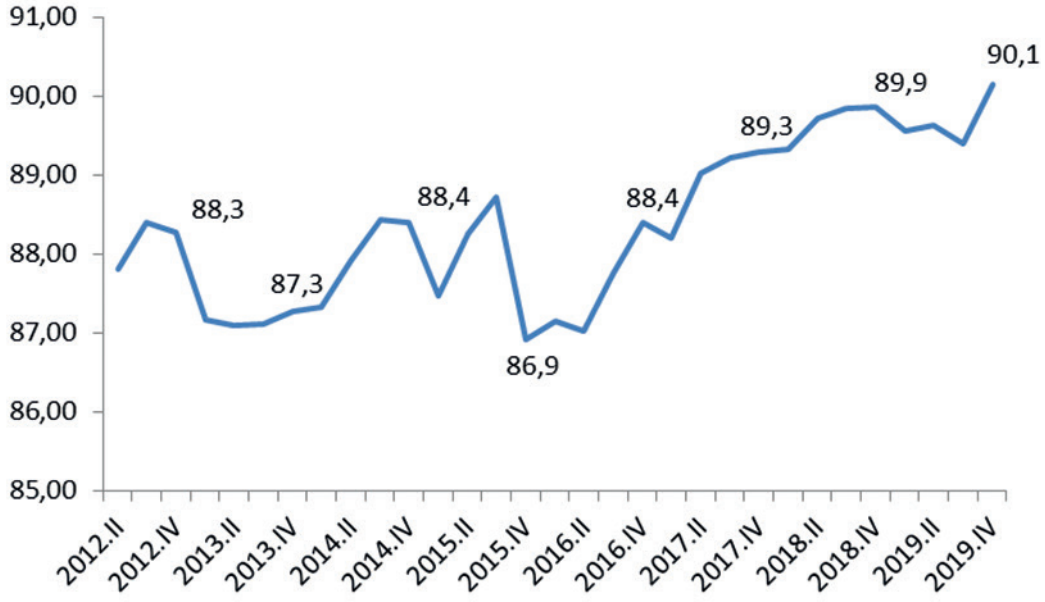
GRÁFICO 18
Proporção de ocupados no segmento de conta-própria que se mantiveram nesta situação em pelo menos dois trimestres consecutivos (2012-2019)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Do mesmo modo, os fluxos de transição apontam que, no fim de 2019, mais de 90% dos ocupados formais no país já estavam nesta posição no trimestre imediatamente anterior, o que constitui o pico da série, superando, inclusive, os períodos de maior dinamismo do mercado de trabalho brasileiro (gráfico 19).

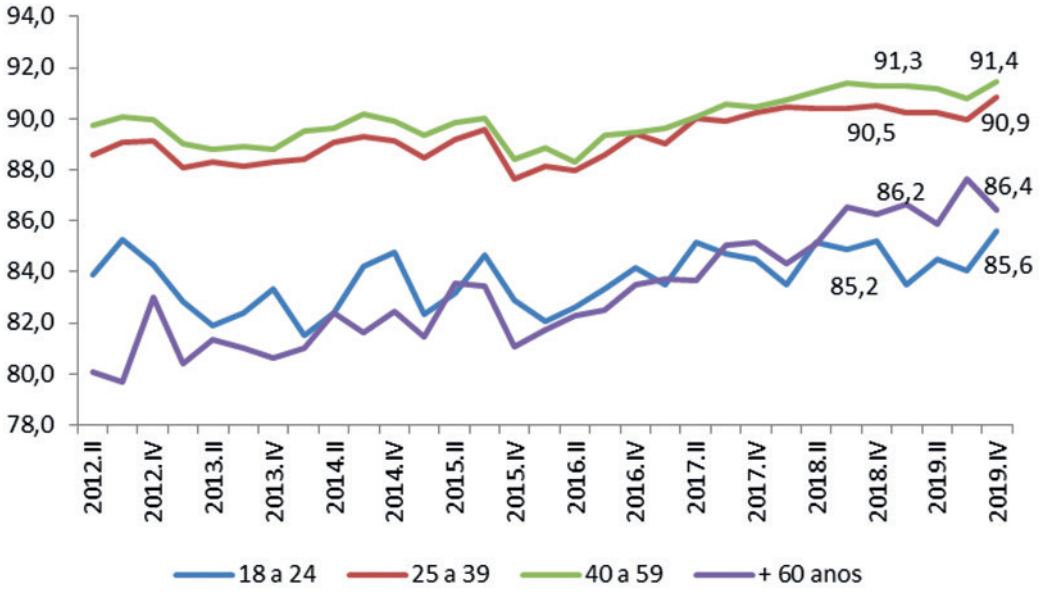
GRÁFICO 19
Proporção de ocupados no mercado formal que se mantiveram nesta situação em pelo menos dois trimestres consecutivos (2012-2019)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Por fim, deve-se ressaltar que essa maior retenção de trabalhadores no mercado formal vem ocorrendo em todas as faixas etárias. Segundo o gráfico 20, na comparação com o mesmo período do ano anterior, todas as curvas apresentam uma retenção maior em 2019, além do fato de que, desde 2017, observa-se uma trajetória ascendente em todos os níveis de idade.

GRÁFICO 20
Proporção de ocupados no mercado formal que se mantiveram nesta situação em pelo menos dois trimestres consecutivos – por faixa etária (2012-2019)
(Em %)

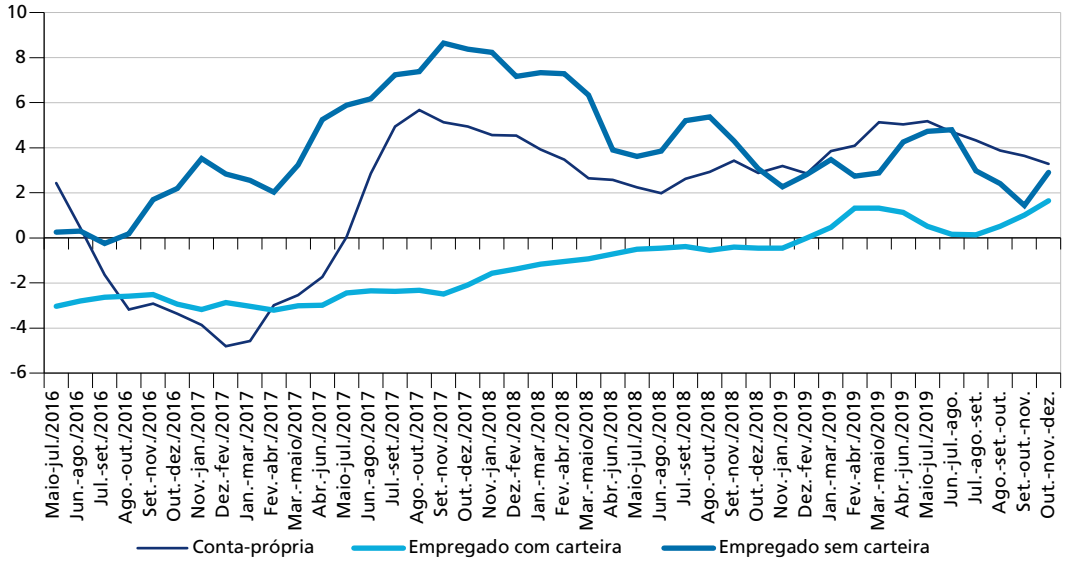


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

3 GRAU DE FORMALIDADE

O gráfico 21 mostra a evolução do crescimento anual da ocupação de acordo com a forma de inserção no mercado de trabalho. Com relação ao emprego formal, é possível notar que, por um lado, a taxa de crescimento anual desse tipo de vínculo trabalhista se manteve positiva em 2019 e vem acelerando na segunda metade do ano, fechando-o com um crescimento de 1,7%. Por outro lado, o emprego formal se mantém ainda como o tipo de ocupação que apresenta as menores taxas de crescimento. Ao fim de 2019, a ocupação por conta-própria registrou um crescimento anual de 3,3% e o emprego sem carteira, de 2,9%. Como reflexo disso, cresceu, ao longo de 2019, o peso das ocupações tipicamente associadas ao trabalho informal (empregados sem carteira assinada e trabalhadores por conta-própria).

GRÁFICO 21
Ocupação por tipo de vínculo – variação interanual (2016-2019)
(Em %)

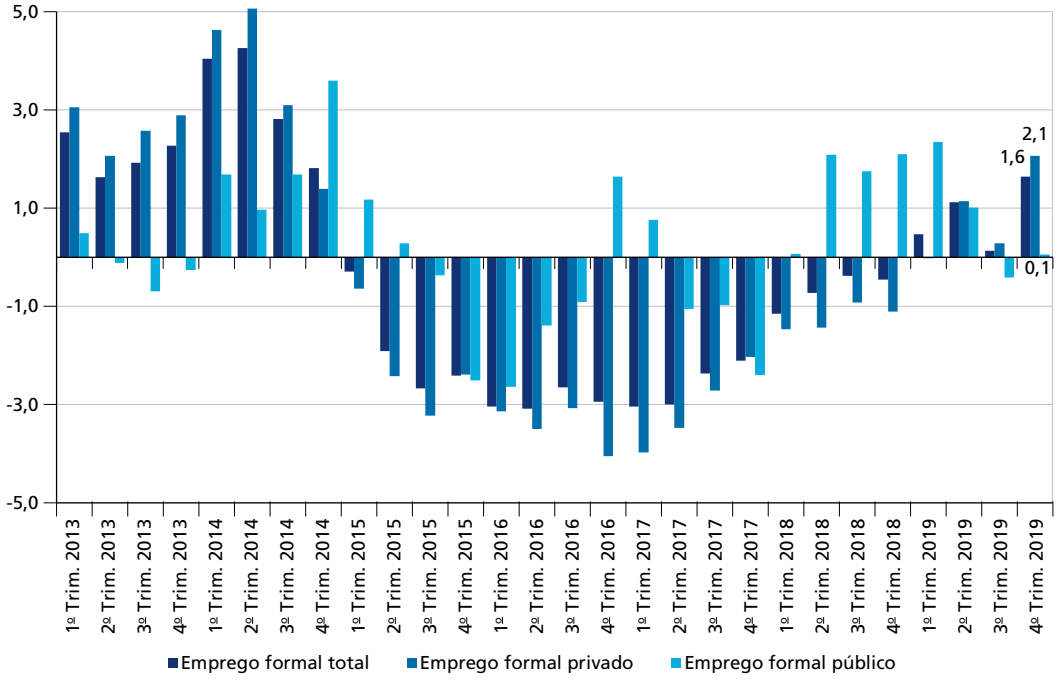


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O gráfico 22 ajuda a complementar a análise do crescimento anual do emprego formal ao distinguir a sua evolução nos setores privado e público. É possível notar que o padrão de crescimento do emprego formal entre esses grupos em 2019 (mostrado nas barras do quarto trimestre de 2019) contrasta com o padrão de 2018 (mostrado nas barras do quarto trimestre de 2018). O crescimento do emprego formal em 2019, destacado no gráfico 21, foi puxado pelo crescimento do emprego formal no setor privado. O gráfico 22 registra um crescimento de 2,1% para o emprego formal no setor privado, que vem a ser maior que o crescimento de 1,6% já mencionado para o total do emprego formal. Em contrapartida, o emprego formal no setor público ficou praticamente estagnado (+0,1%). Vale registrar que esse crescimento de 2,1% no emprego formal do setor privado para 2019 é a maior taxa anual registrada desde 2013.

Em 2018, foi no setor público que se registrou um crescimento do emprego formal de 2,1%. Nessa ocasião, o emprego formal no setor privado registrou uma contração de 1,1%, o que determinou uma contração de 0,5% no emprego formal total para 2018.

GRÁFICO 22
Taxa anual de variação do número de empregados formais (2013-2019)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

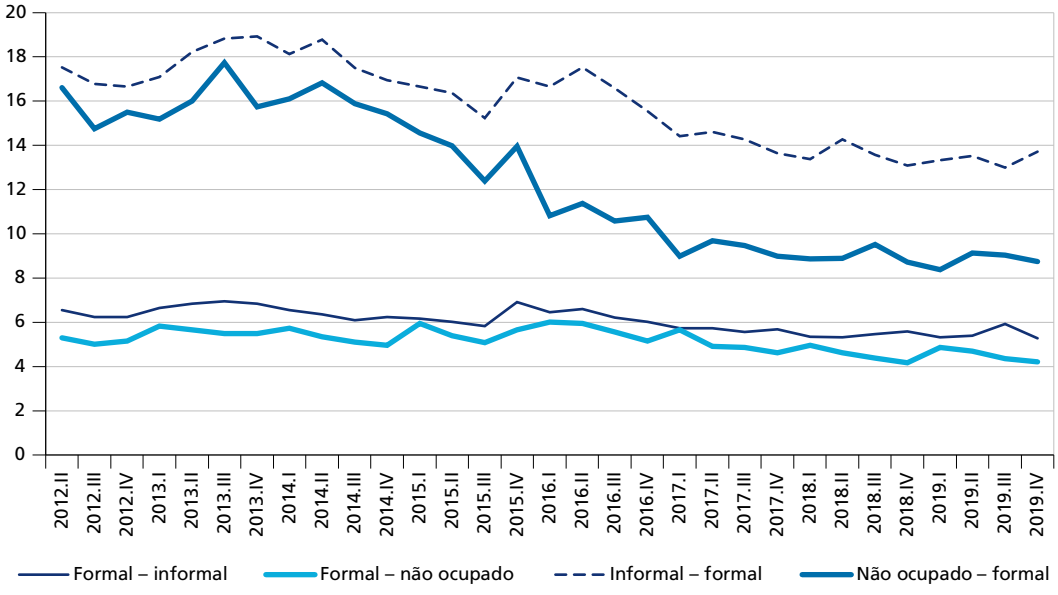
O gráfico 23 analisa a questão do crescimento do emprego formal em 2019 por outro ângulo. Por esse gráfico, é possível associar o crescimento do emprego formal em 2019 a movimentações favoráveis nos fluxos de trabalhadores entrando ou saindo dessa categoria. Foi feita uma desagregação para a posição de origem dos trabalhadores para a análise dos fluxos de entrada no formal. Considerou-se, assim, o fluxo dos trabalhadores provenientes de posições associadas ao setor informal (conta-própria e emprego sem carteira), bem como dos trabalhadores que não estavam ocupados (desempregados ou inativos). De forma análoga, desagregaram-se os fluxos de trabalhadores que saem do setor formal tendo essas mesmas possibilidades (posições associadas à informalidade ou à não ocupação) como destino.

Dois fatos chamam a atenção. Em primeiro lugar, colocando 2019 numa perspectiva histórica, há uma clara distinção nos fluxos que envolvem o emprego formal entre aqueles que se originam dessa posição e aqueles que a tem como destino. Por um lado, nota-se uma interrupção na tendência de queda nos fluxos de entrada no emprego formal, tanto de trabalhadores provenientes da não ocupação como de posições associadas à informalidade, que perdurava desde 2014. Entre os quartos trimestres de 2014 e 2018, a parcela de trabalhadores não ocupados que transitaram para um emprego formal num intervalo de um trimestre caiu de 15,4% para 8,7%. Já a parcela de trabalhadores em atividades associadas à informalidade (emprego sem carteira ou autônomos) que transitaram para um emprego formal caiu de 17% para 13,1% nesse mesmo período de quatro anos. Ao longo de 2019, porém, esses movimentos oscilaram pouco, fechando o último

trimestre de 2019 em 8,8% e 13,7%, respectivamente, para os trabalhadores provenientes da não ocupação e das posições associadas à informalidade. Para os fluxos de saída de trabalhadores, por sua vez, esse mesmo padrão de pouca oscilação em 2019 representa uma continuidade de um padrão que já se fazia presente nos quatro anos anteriores.

Em segundo lugar, os movimentos relativamente mais marcantes ao longo de 2019 aparecem no último trimestre, quando os fluxos que envolvem o emprego formal e as posições associadas à informalidade registram movimentos favoráveis. O fluxo de entrada no emprego formal proveniente dessas posições sobe de 13% para 13,7% entre o terceiro e o quarto trimestres de 2019, enquanto o fluxo na direção oposta cai de 5,9% para 5,3% nesse mesmo período.

GRÁFICO 23
Fluxos trimestrais de trabalhadores para dentro e para fora do emprego formal (2012-2019)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

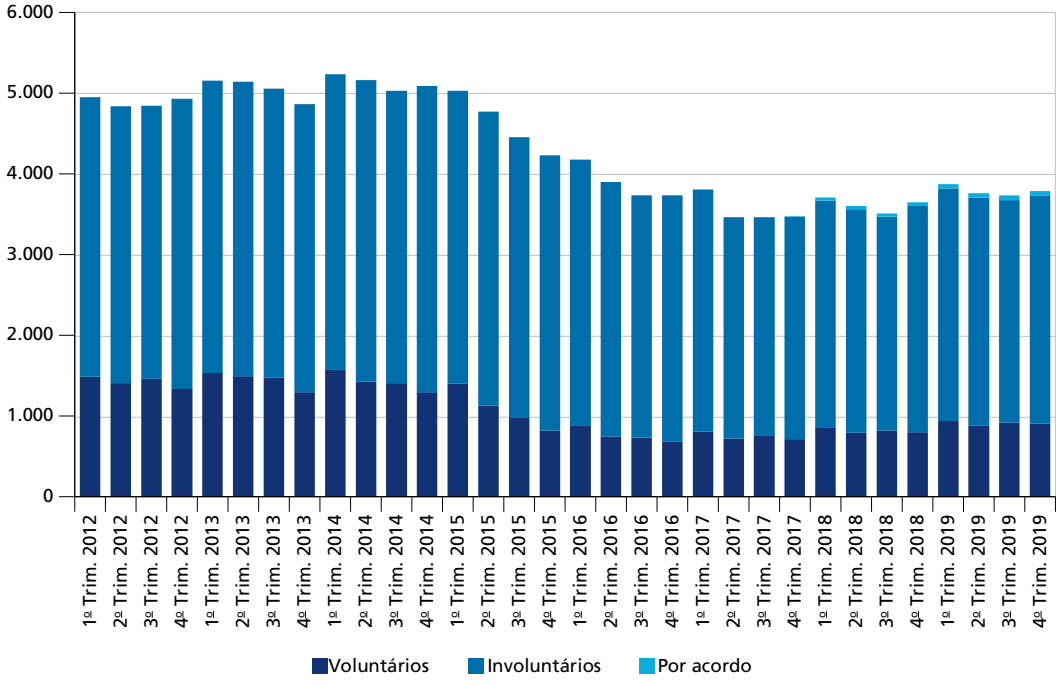
O gráfico 24 mostra a evolução dos desligamentos de acordo com alguns grupos relacionados ao motivo dessa movimentação. No eixo do lado esquerdo, há a quantidade de desligamentos cujos motivos podem ser agrupados em voluntários ou involuntários. Ao longo de 2019, as demissões involuntárias têm oscilado em torno de 280 mil ocorrências, tendo passado de 280,7 mil, no quarto trimestre de 2018, para 283 mil, no quarto trimestre de 2019. Um aumento ainda mais significativo foi registrado para as demissões voluntárias, que passaram de 79,7 mil episódios, no quarto trimestre de 2018, para 90,6 mil, no quarto trimestre de 2019.

O aumento nas duas classes mais importantes de desligamentos pode parecer incoerente com a estabilidade dos fluxos de saída do emprego formal assinalada no gráfico 23. No entanto, a informação do gráfico 24 não depende do destino do trabalhador em

que houve o desligamento. Em particular, o crescimento no desligamento registrado nesse gráfico pode estar relacionado a trabalhadores que podem ter regressado a outro emprego formal, e nesse caso só contabilizariam para as quantidades ilustradas no gráfico 24, mas não para os fluxos do gráfico 23. Essa hipótese parece plausível, haja vista o maior crescimento dos desligamentos voluntários, que tendem a ser mais fortemente associados a mudanças de emprego, principalmente a mudanças que trazem melhoras no bem-estar do trabalhador.

No eixo do lado esquerdo do gráfico 24, registramos a quantidade de desligamentos acordados entre as partes, conforme introduzida na reforma trabalhista de novembro de 2017. Essa modalidade ainda representa uma parcela pequena dos desligamentos.

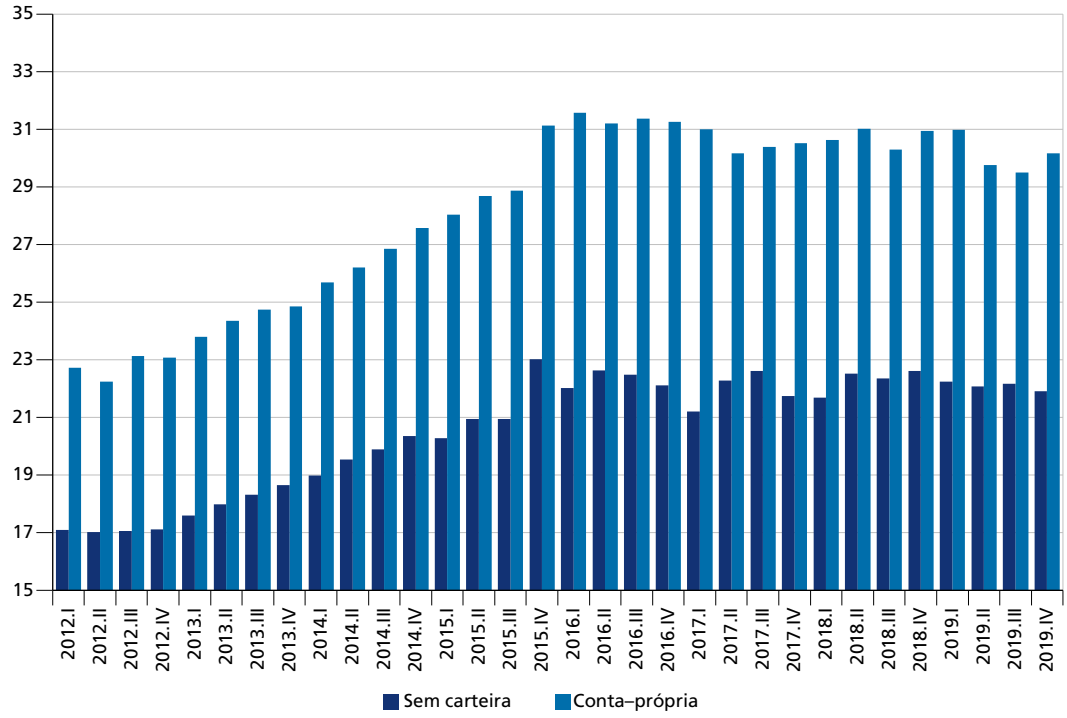
GRÁFICO 24
Desligamentos do emprego formal (2012-2019)



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério da Economia (Caged/ME).
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Obs.: Desligamentos por comum acordo passam a ser uma opção a partir de novembro de 2017.

O gráfico 25 mostra a participação dos trabalhadores sem carteira e por conta-própria que contribuem para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A parcela de contribuintes registrada no quarto trimestre de 2019 é menor que aquela registrada no mesmo trimestre de 2018. No entanto, o comportamento no último trimestre é distinto entre esses grupos. Por um lado, a proporção de segurados segue uma trajetória levemente declinante desde meados de 2018 para os trabalhadores sem carteira, registrando 21,9% no quarto trimestre de 2019. Por outro lado, essa proporção sobe entre os "conta-própria" nesse mesmo período, quando registra 30,2%, revertendo parcialmente a trajetória de queda que também vinha sendo registrada para esse grupo ao longo de 2019.

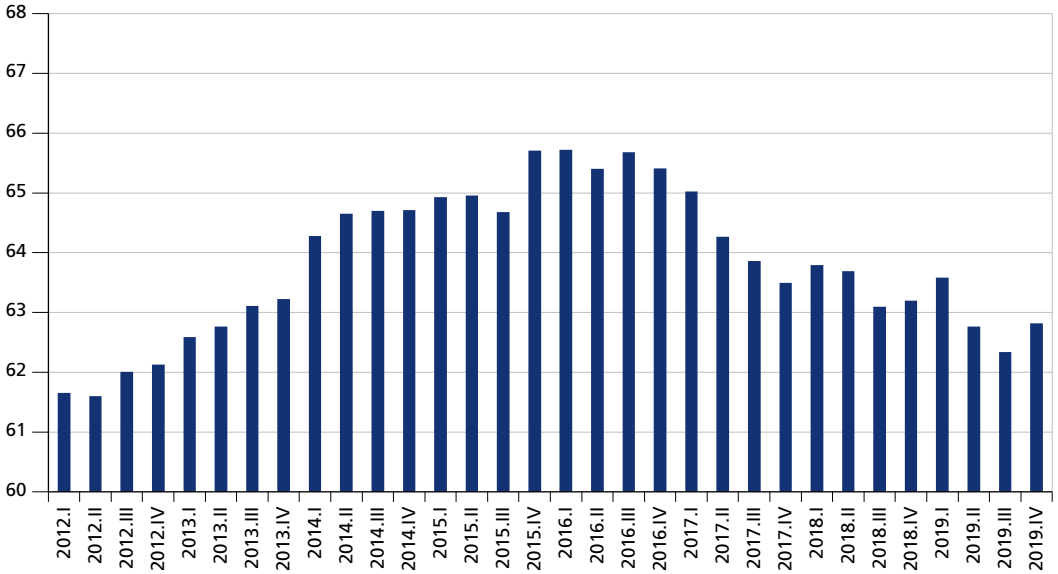
GRÁFICO 25
Ocupados sem carteira e por conta-própria que contribuem para a Previdência Social (2012-2019)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Para o grupo de ocupados em geral, a parcela de contribuintes para a Previdência também reverte, no quarto trimestre de 2019, uma trajetória de queda que se desenhava nos trimestres anteriores (gráfico 26). A marca de 62,8% registrada nesse último trimestre, porém, ficou abaixo daquela registrada no mesmo trimestre de 2018, apesar do crescimento do emprego formal nesse período. Isso pode ser explicado pela combinação de dois fatores. Em primeiro lugar, a ocupação cresceu mais ao longo de 2019 para os grupos sem carteira e por conta-própria do que para o emprego formal. Em segundo lugar, a participação de trabalhadores que contribuem para a Previdência é menor no quarto trimestre de 2019 que no mesmo trimestre de 2018, tanto para sem carteira como para conta-própria.

GRÁFICO 26
Ocupados que contribuem para a Previdência Social (2012-2019)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

4 EMPREGO SETORIAL

A tabela 2 traz uma análise do crescimento interanual da PO por setor de atividade, de forma a auxiliar na compreensão do agregado desse indicador. É possível perceber que a grande maioria dos setores apresenta taxas positivas para o crescimento anual acumulado até o quarto trimestre de 2019, como já vinha acontecendo com as taxas para o crescimento acumulado para os anos que fecham nos trimestres anteriores de 2019. Adicionalmente, vale ressaltar que a grande maioria dos setores traz uma taxa de crescimento do emprego em 2019 maior que a taxa correspondente em 2018 – apenas a agricultura configura uma exceção nos dois casos, com a taxa de crescimento do emprego negativa em 2019 (-0,7%) e menor que o que foi registrado para 2018 (0%).

TABELA 2
PO por setores – variação interanual (2017-2019)
(Em %)

	4º Trim. 2017	1º Trim. 2018	2º Trim. 2018	3º Trim. 2018	4º Trim. 2018	1º Trim. 2019	2º Trim. 2019	3º Trim. 2019	4º Trim. 2019
Agricultura	-5,1	-2,2	-1,8	1,6	0,0	0,1	2,8	-2,0	-0,7
Indústria de transformação	5,2	2,3	1,5	0,8	-1,1	0,9	0,8	1,3	3,0
Indústria extrativa	1,2	-2,2	8,5	3,5	-5,3	4,6	2,2	-0,3	9,3
Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup)	0,6	2,1	-4,0	-5,7	1,5	-2,8	3,1	9,8	4,5
Construção civil	-1,8	-4,0	-2,5	-1,2	-1,7	-0,3	1,0	1,3	0,2
Comércio	1,3	1,6	-0,1	0,2	-0,4	0,7	1,1	0,9	1,5
Informação, instituições financeiras, imobiliárias e serviços a empresas	4,4	1,5	1,0	1,2	2,1	4,1	6,2	3,9	2,2
Transporte	-1,0	2,4	0,7	-0,2	4,5	4,4	4,8	6,1	3,1
Serviços pessoais	8,6	10,3	6,0	9,1	5,8	3,9	5,7	1,8	4,5
Administração pública	-0,6	1,6	0,5	0,0	-0,5	0,8	-0,3	-1,3	0,4

(Continua)

(Continuação)

	4º Trim. 2017	1º Trim. 2018	2º Trim. 2018	3º Trim. 2018	4º Trim. 2018	1º Trim. 2019	2º Trim. 2019	3º Trim. 2019	4º Trim. 2019
Saúde e educação	2,8	3,9	5,3	4,8	5,6	4,4	3,6	2,6	1,7
Alojamento e alimentação	8,8	5,7	2,7	2,6	2,8	3,1	4,4	2,2	5,2
Serviços domésticos	4,3	2,5	1,7	0,9	-2,1	-1,3	1,3	1,4	2,1

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Os destaques positivos ficam por conta dos setores indústria extrativa (9,3%), serviços de alojamento e alimentação (5,2%) e serviços pessoais (4,5%).

Na tabela 3, detalhamos o crescimento interanual da PO de cada setor no quarto trimestre de 2019 por tipo de vínculo. Os três setores destacados anteriormente têm o crescimento do emprego distribuído de forma heterogênea entre as três posições na ocupação. O setor de serviços pessoais foi o único em que o crescimento do emprego formal foi preponderante para o crescimento do emprego em 2019. Já o crescimento na posição de trabalhador por conta-própria foi o fator preponderante do crescimento do emprego destacado para os setores de indústria extrativa e de serviços de alojamento e alimentação.

Outro setor com crescimento destacado do emprego no segmento de autônomos é o de transporte. Esse padrão já foi salientado em números anteriores desta publicação, e uma análise mais detida sobre esse fenômeno é relatada no box 2.

Por fim, vale registrar também que a contração do emprego na agricultura em 2019 se deve exclusivamente ao grupo de trabalhadores por conta-própria. O emprego formal nesse setor registrou um crescimento de 2,8% em 2019.

TABELA 3
PO por setores e posição na ocupação – variação interanual (2º/2019)
(Em %)

		Com carteira	Sem carteira	Conta-própria
	Total	**1,6**	**1,9**	**3,3**
1	Agricultura	2,8	0,3	-2,3
2	Indústria de transformação	2,6	12,2	-0,3
3	Indústria extrativa	10,7	12,6	19,0
4	Siup	12,2	18,5	-29,4
5	Construção civil	-5,3	-0,9	4,2
6	Comércio	1,9	-0,5	4,2
7	Informação, instituições financeiras, imobiliárias e serviços a empresas	1,5	2,2	4,1
8	Transporte	-3,3	-1,2	11,5
9	Serviços pessoais	8,1	0,6	5,5
10	Administração pública	-1,1	6,1	-
11	Saúde e educação	3,0	-0,8	-3,3
12	Alojamento e alimentação	3,3	1,0	9,1
13	Serviços domésticos	-0,5	3,1	-

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

BOX 2

Trabalhadores por conta-própria nos segmentos de transporte terrestre e entrega

Uma indagação recorrente no debate sobre o desempenho recente no mercado de trabalho diz respeito à contribuição das novas formas de trabalho, principalmente do trabalho em plataforma, para o crescimento observado do grupo por conta-própria. Não há uma identificação precisa dessa categoria de trabalho nos dados da PNAD Contínua, mas um segmento do trabalho em plataforma muito visível hoje nas áreas mais urbanizadas diz respeito à prestação de serviços associados a aplicativos de transporte de passageiros e entrega de produtos. Este box analisa especificamente a ocupação em um segmento dos trabalhadores por conta-própria, qual seja, aqueles ocupados nos setores de atividade de transporte terrestre e entrega. Denotaremos esse segmento do conta-própria em transporte terrestre e entrega com a sigla CPTTE.

A tabela 4 mostra as taxas de crescimento médias para esse segmento e para o seu complemento no universo dos conta-própria em dois períodos distintos. Antes do crescimento do desemprego, entre o primeiro trimestre de 2012 e o último de 2014, as taxas médias de crescimento eram menores para o CPTTE – 0,6% ao ano (a.a.) – que para o restante do universo dos conta-própria (1,9% a.a.). A partir de 2015, há uma inversão, com os níveis de ocupação no CPTTE registrando taxas de crescimento bem maiores que os demais trabalhadores por conta-própria. Vale notar que a taxa de crescimento registrada para o CPTTE no segundo período considerado (9,7%) corresponde a quase cinco vezes aquela registrada para os demais trabalhadores por conta-própria.

TABELA 4

Taxas de crescimento médias para a ocupação de trabalhadores por conta-própria

(Em %)

	CPTTE	Conta-própria – CPTTE
1º/2012-4º/2014	0,6	1,9
1º/2015-4º/2019	9,7	2,0

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Realizamos um exercício de contrafactual para entender qual a contribuição desse maior ritmo de crescimento do segmento transporte terrestre e entrega (TTE) para o crescimento observado no grupo de trabalhadores por conta-própria. Supomos que o crescimento da ocupação no segmento TTE tivesse se mantido constante na taxa de 0,6% a.a. registrada para o primeiro período. Em seguida, recalculamos qual teria sido a evolução no segundo período para o total do grupo de trabalhadores por conta-própria.

A tabela 5 mostra que o montante de trabalhadores por conta-própria seria de 23,849 milhões nesse cenário. Esse montante é inferior em mais de 700 mil trabalhadores ao que foi de fato observado (24,557 milhões).

Logo, podemos dizer que um segmento do trabalhador por conta-própria que consiste em atividades bastante relacionadas com aplicativos foi responsável por um crescimento de mais de 700 mil postos de trabalho entre 2015 e 2019. Se admitirmos que os ocupantes destes postos estariam hoje na força de trabalho como desocupados caso eles não tivessem sido criados, o impacto na taxa de desocupação seria de quase 1 p.p., o que corresponde, grosso modo, aos progressos obtidos no último ano.

TABELA 5

Nível de ocupação do CPTTE e do complemento no conta-própria (1º/2015 e 4º/2019)

(Em 1 mil trabalhadores)

	Conta-própria	Conta-própria contrafactual
1º/2015	21.596	21.596
4º/2019	24.557	23.849

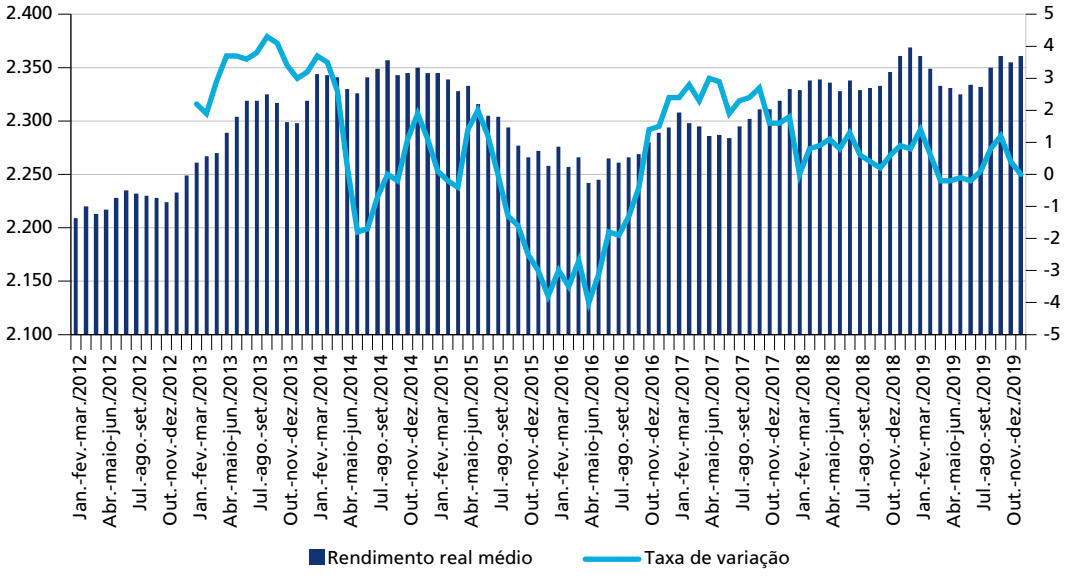
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Elaboração dos autores.

5 RENDIMENTOS

Os rendimentos reais médios apresentaram um aumento de 0,4% no quarto trimestre de 2019 em comparação com o mesmo trimestre de 2018, e um crescimento de quase 1% em relação ao trimestre anterior (terceiro trimestre de 2019). Porém, ainda de acordo com os dados da PNAD Contínua, no trimestre móvel encerrado em janeiro de 2020, o rendimento médio real habitualmente recebido registrou estagnação na comparação interanual, e representa ainda uma queda de 0,4% na comparação com o trimestre encerrado em fevereiro de 2019 – maior valor registrado na pesquisa, tendo atingido o valor de R$ 2.361, como mostra o gráfico 27.

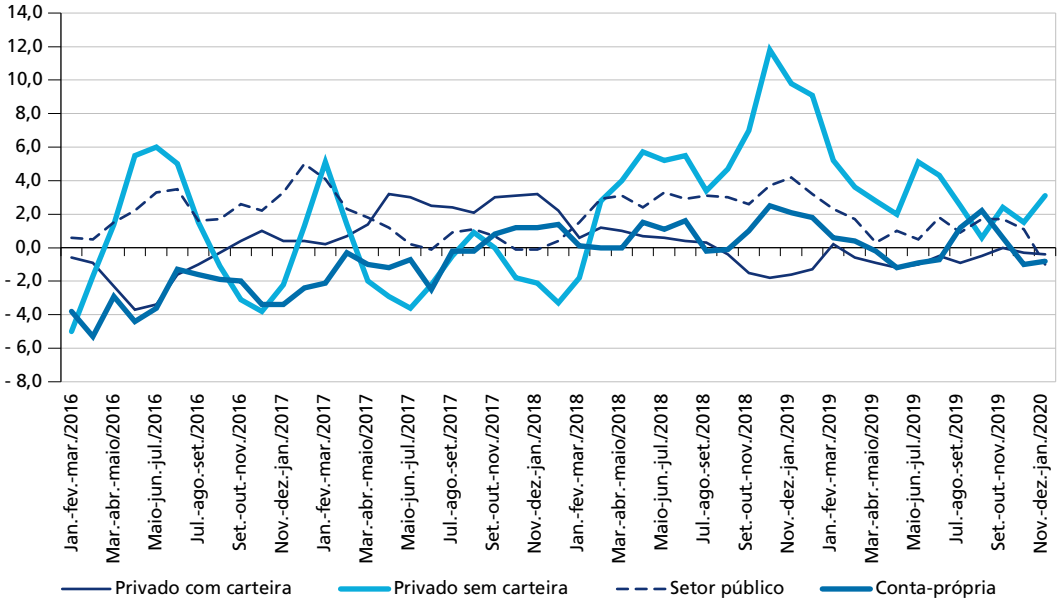
GRÁFICO 27
Rendimento médio anual – variação interanual (2012-2019)
(Em R$)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

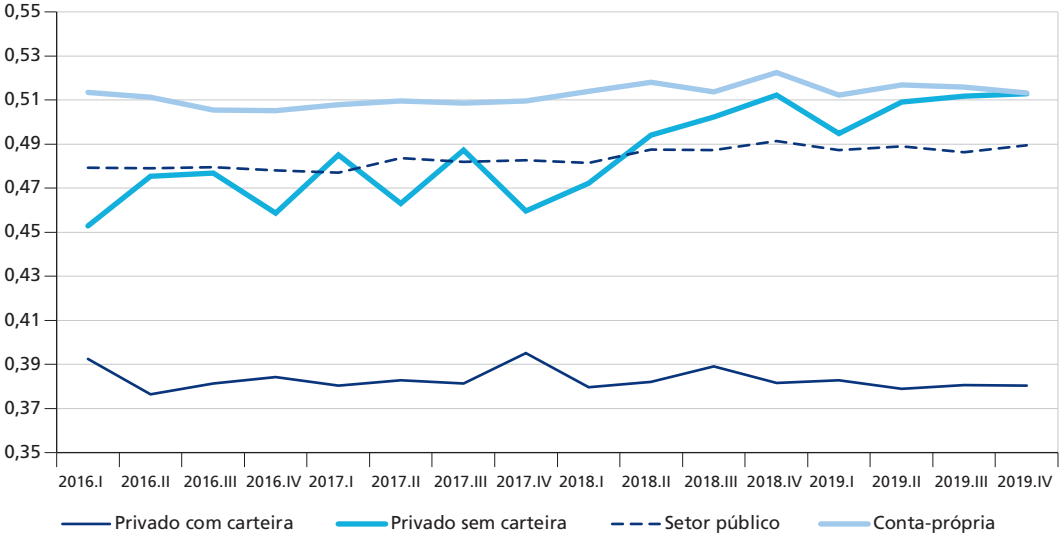
Na abertura por vínculo de ocupação, excluindo-se os empregadores, os dados da PNAD Contínua revelam que os trabalhadores do setor privado sem carteira (3,1%) foram os únicos que apresentaram um acréscimo real de rendimentos no último trimestre móvel encerrado em janeiro (gráfico 28). O destaque negativo ficou por conta dos trabalhadores do setor público e por conta-própria, cujos rendimentos apontaram quedas de 1,0% e 0,8%, respectivamente, revertendo a tendência observada nos meses anteriores. Em contrapartida, junto com o aumento maior de renda entre os sem carteira, a desigualdade de renda nesse setor tem se elevado, e o índice de Gini dos rendimentos do trabalho dos sem carteira subiu de cerca de 0,453, no início de 2016, para 0,513, no quarto trimestre de 2019. Em relação à desigualdade dos rendimentos dos trabalhadores do setor público, também há crescimento, de 0,479 para 0,490, no mesmo período.

GRÁFICO 28
Rendimento médio real, por tipo de vínculo – variação interanual (2016-2020)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 29
Indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos, por tipo de vínculo (2016-2019)
(Índice de Gini)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Na desagregação salarial por diferentes recortes, os microdados mostram que cerca de metade dos segmentos aponta queda de rendimentos reais, conforme mostra a tabela 6. Em termos regionais, no quarto trimestre de 2019, as expansões ocorreram no Sudeste e no Sul, com taxas de 0,5% e 0,9%, respectivamente, e principalmente no Norte, com aumento de 1,4%. Destaque negativo foi a região Centro-Oeste, com queda de 1,9%.

O corte por gênero revela que os rendimentos recebidos pelas mulheres continuam apresentando uma variação superior à registrada pelos homens.

O detalhamento por idade e grau de instrução indica que os trabalhadores entre 40 e 59 anos, bem como aqueles com ensino fundamental completo, registram os piores resultados, com queda nos seus rendimentos reais médios de 1,4% e 2,3%, respectivamente. Ressalta-se também que, sob a ótica do ensino, neste trimestre, apenas os trabalhadores com ensino médio incompleto não apresentaram quedas nos rendimentos. Em relação à idade, destaca-se, ainda, o melhor resultado dos rendimentos dos ocupados entre 25 e 39 anos, cuja taxa de expansão no último trimestre foi de 2,2%, mantendo a tendência do trimestre anterior. Por fim, as estatísticas da PNAD Contínua mostram que os não chefes de família tiveram um melhor desempenho no último trimestre de 2019.

TABELA 6
Rendimento médio real por dados desagregados – variação interanual (2018-2019)
(Em %)

	2018				2019			
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Centro-Oeste	2,7	1,0	0,6	0,6	0,6	-0,6	-2,6	-1,9
Nordeste	1,6	1,6	3,2	1,4	1,4	0,5	-0,7	-0,3
Norte	2,9	0,9	0,0	-2,2	-2,3	-2,3	-1,1	1,4
Sudeste	0,1	3,0	1,7	2,1	1,2	-0,7	0,1	0,5
Sul	0,3	0,6	0,1	1,3	3,6	1,9	2,1	0,9
Masculino	1,7	2,6	1,0	1,0	0,5	-1,2	-0,3	-0,2
Feminino	-0,4	1,5	2,3	2,5	3,2	1,8	1,0	1,4
De 14 a 24 anos	-1,2	-1,1	-2,7	-1,9	-0,8	-1,8	0,2	1,1
De 25 a 39 anos	1,0	1,1	2,2	1,9	2,7	1,5	1,6	2,2
De 40 a 59 anos	0,6	2,4	0,2	0,7	0,1	-1,3	-0,2	-1,4
60 anos ou mais	0,8	2,5	4,1	2,3	1,2	-1,1	-6,6	-0,5
Não chefe de família	-0,6	2,0	1,1	1,5	3,1	0,8	1,5	1,6
Chefe de família	2,2	2,3	1,7	1,4	0,1	-0,7	-0,5	-0,1
Ensino fundamental incompleto	0,6	-0,9	-1,2	-2,1	-2,4	-2,1	-2,2	-1,0
Ensino fundamental completo	-0,3	-1,4	-1,2	-0,4	1,2	-1,3	-0,8	-2,3
Ensino médio incompleto	3,2	0,7	0,2	-1,8	-0,4	-1,2	-1,1	0,8
Ensino médio completo	-1,5	0,0	0,2	0,3	-0,2	-1,1	-0,9	-1,8
Ensino superior	-1,1	0,3	-0,2	-1,0	-0,5	-1,9	-0,8	-0,2

(Continua)

(Continuação)

	2018				2019			
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Região metropolitana	0,9	2,9	2,5	2,1	2,0	-0,4	-0,5	0,3
Não região metropolitana	1,6	0,8	1,1	0,2	0,7	0,8	0,6	0,2

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nesse contexto, apesar da relativa estagnação dos rendimentos observada nos últimos meses, a elevação da PO vem possibilitando uma expansão continuada da massa salarial real, mesmo que em um ritmo bem mais moderado que o observado anteriormente. Na comparação interanual, os dados apontam que, no quarto trimestre de 2019, a massa de rendimentos real habitualmente recebida registra alta de 2,5%. É um aumento menos intenso do que vinha sendo observado nos trimestres anteriores (crescimento médio de 3,7% ao longo de 2018 e de 3,3% no primeiro trimestre de 2019), mas superior ao terceiro trimestre de 2019, que apontava um aumento de 1,8%.

Cabe ressaltar que a sustentação da massa salarial vinha sendo feita principalmente pelos trabalhadores informais e por conta-própria, mas, no último trimestre de 2019, os trabalhadores com carteira apresentaram uma contribuição mais significativa para a massa salarial. Enquanto o crescimento da massa salarial interanual no quarto trimestre de 2019 subiu 4,8% para os trabalhadores sem carteira e 2,0% para os por conta-própria, a massa salarial dos trabalhadores formais (com carteira e funcionários públicos) apresentou um crescimento de 1,7%.

6 RENDIMENTOS POR FAIXA DE RENDA E DESIGUALDADE SALARIAL

O indicador Ipea de inflação por faixa de renda mostra que a evolução dos índices de preço pode variar por períodos consideráveis quando se levam em consideração padrões distintos de consumo por faixa de renda. No apêndice A, detalhamos as faixas de renda e a distribuição dos domicílios entre estas.

Na tabela 7, é mostrado o crescimento anual da renda domiciliar por faixa de renda.[2] Os valores dos rendimentos médios individuais e domiciliares por faixa de renda são mostrados no apêndice A. Se, ao longo de 2016, as faixas de renda intermediárias (3, 4 e 5) apresentaram um desempenho mais positivo, de 2017 até o fim de 2018, foram justamente essas faixas que mostraram a pior evolução do crescimento da renda, particularmente as faixas de renda média-baixa e renda média (3 e 4). Nos últimos dois trimestres, entretanto, foram essas faixas que apresentaram novamente um maior crescimento da renda. Em contrapartida, ao longo de 2019, são justamente as faixas 1 e 2 que mantiveram o pior desempenho, tendo apresentado, inclusive, uma queda do rendimento nos dois últimos trimestres a faixa de renda mais pobre, o que evidencia o aumento da desigualdade mostrado no gráfico 30.

2. O indicador Ipea de inflação por faixa de renda mostra que a evolução dos índices de preço pode variar por períodos consideráveis de tempo, quando se levam em consideração padrões distintos de consumo por faixa de renda. No apêndice A, detalhamos as faixas de renda e a distribuição dos domicílios entre elas.

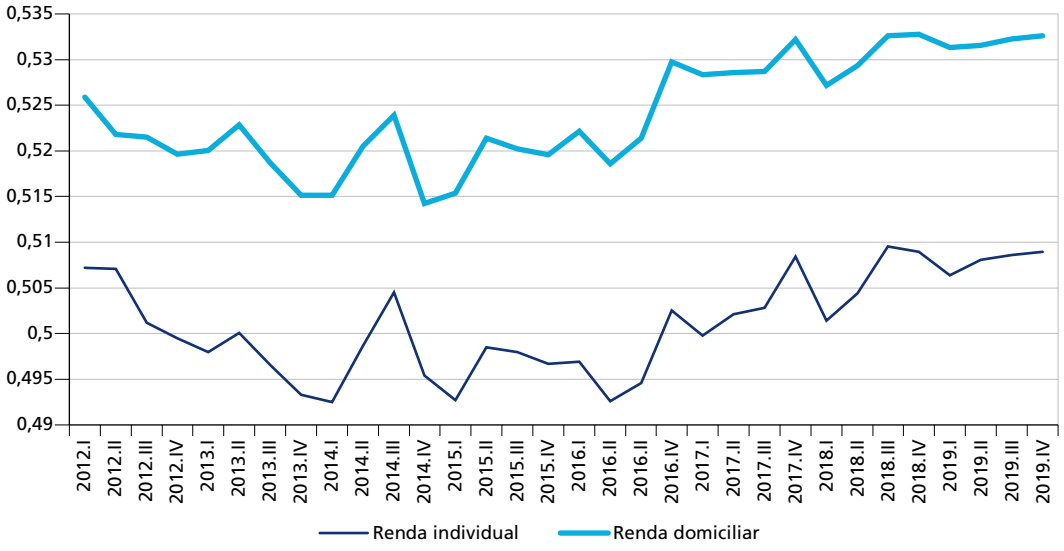
TABELA 7
Rendimento médio real domiciliar por faixa de renda – variação interanual (deflator indicador Ipea de inflação por faixa de renda) (2016-2019)
(Em %)

Trimestre	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
1º/2016	-3,78	0,35	0,50	-0,28	0,93	1,19
2º/2016	-3,77	-0,54	1,13	-0,33	-0,37	-3,88
3º/2016	-4,45	-3,24	-1,06	-0,23	0,11	-4,97
4º/2016	-2,22	-1,56	0,29	1,14	0,68	-1,72
1º/2017	-1,87	-1,52	-0,84	-1,32	-1,69	-4,03
2º/2017	4,68	2,50	-0,73	-0,80	1,77	5,12
3º/2017	5,89	2,92	-0,94	-0,40	1,87	8,92
4º/2017	5,91	2,26	-0,89	-0,61	1,85	7,64
1º/2018	5,33	3,32	-0,06	-0,39	1,34	7,05
2º/2018	-0,32	0,09	0,59	0,04	-1,93	0,65
3º/2018	-1,93	-1,37	-0,35	-0,23	-3,00	1,76
4º/2018	0,27	0,45	2,13	4,94	2,32	0,82
1º/2019	0,10	0,44	2,37	5,28	2,98	2,48
2º/2019	-1,43	-0,43	0,87	3,03	1,95	1,52
3º/2019	-0,34	0,43	2,00	4,32	2,87	-0,66
4º/2019	-1,95	-1,19	-1,18	-1,97	-2,01	-1,45

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O gráfico 30 revela uma oscilação menor do índice de Gini desde meados de 2018, tanto a desigualdade dos rendimentos do trabalho como a renda domiciliar. O índice de Gini da renda domiciliar do trabalho fechou o quarto trimestre de 2019 com o mesmo valor do terceiro e quarto trimestres de 2018 (0,533), embora tenha oscilado no período. No caso da renda individual, o índice também se manteve praticamente estável: caiu de 0,510 para 0,509.

GRÁFICO 30
Indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos – renda individual e domiciliar (deflator indicador Ipea de inflação por faixa de renda) (2012-2019)
(Índice de Gini)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

APÊNDICE A

A tabela A.1 descreve as faixas de renda utilizadas para a construção do indicador Ipea de inflação por faixa de renda, que foram definidas de acordo com a renda domiciliar mensal, expressas a preços de janeiro de 2009 – período de referência da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009. As duas primeiras faixas de renda captam domicílios de baixa renda. As três faixas seguintes captam domicílios de média-baixa, média e média-alta renda. A última faixa contém os domicílios de alta renda. Esses valores são atualizados por meio do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e com isso se obtêm as faixas de renda domiciliar que são utilizadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A tabela A.1 apresenta também as faixas de renda a preços de novembro de 2019, período de referência do último trimestre disponível da PNAD Contínua.

TABELA A.1
Faixas de renda mensal domiciliar (jan./2009 e nov./2019)

Faixa de renda	Renda domiciliar (R$ jan./2009)	Renda domiciliar (R$ nov./2019)
1 – Muito baixa	Menor que R$ 900	Menor que R$ 1.653,15
2 – Baixa	Entre R$ 900 e R$ 1.350	Entre R$ 1.653,15 e R$ 2.475,04
3 – Média-baixa	Entre R$ 1.350 e R$ 2.250	Entre R$ 2.475,04 e R$ 4.134,03
4 – Média	Entre R$ 2.250 e R$ 4.500	Entre R$ 4.134,03 e R$ 8.268,06
5 – Média-alta	Entre R$ 4.500 e R$ 9.000	Entre R$ 8.268,06 e R$ 16.536,12
6 – Alta	Maior que R$ 9.000	Maior que R$ 16.536,12

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela A.2 mostra a distribuição de domicílios entre as faixas de renda para os terceiros trimestres de 2014, 2016, 2018 e 2019. Destaca-se um aumento dos domicílios que declararam não possuir renda do trabalho e dos domicílios de renda do trabalho muito baixa.

TABELA A.2
Proporção de domicílios por faixas de renda do trabalho (2014, 2016, 2018 e 2019)
(Em %)

Faixas de renda	2014 4º trimestre	2016 4º trimestre	2018 4º trimestre	2019 4º trimestre
0 – Sem renda	19,07	21,18	22,18	22,16
1 – Muito baixa	28,41	28,44	30,08	29,19
2 – Baixa	12,40	14,96	11,14	11,61
3 – Média-baixa	18,66	15,89	17,66	17,25
4 – Média	14,02	12,65	12,35	12,82
5 – Média-alta	5,24	4,77	4,51	4,80
6 – Alta	2,20	2,10	2,07	2,16

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.3

Renda média individual por faixa de renda – deflator indicador Ipea de inflação por faixa de renda (nov./2019)

(Em R$)

Trimestre	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
1º/2012	809,5	1.268,8	1.613,9	2.555,0	5.039,2	12.853,1
2º/2012	808,8	1.279,7	1.625,7	2.557,9	5.110,7	12.571,5
3º/2012	813,5	1.266,9	1.616,8	2.550,2	5.053,4	12.985,2
4º/2012	816,1	1.255,2	1.625,6	2.567,8	5.107,3	12.945,6
1º/2013	821,8	1.283,9	1.655,6	2.586,2	5.164,5	13.113,2
2º/2013	821,1	1.291,6	1.657,9	2.564,2	5.115,8	13.395,7
3º/2013	828,4	1.284,8	1.660,7	2.559,0	5.069,0	13.001,7
4º/2013	815,4	1.280,2	1.667,4	2.579,2	5.032,4	12.620,4
1º/2014	882,3	1.309,2	1.758,6	2.630,4	5.225,9	13.086,5
2º/2014	836,7	1.294,6	1.743,5	2.601,1	5.185,3	13.187,0
3º/2014	814,4	1.293,3	1.728,0	2.602,5	5.143,7	13.232,1
4º/2014	841,9	1.293,5	1.714,8	2.621,1	5.209,0	13.003,2
1º/2015	848,7	1.298,1	1.721,2	2.615,6	5.225,6	13.323,0
2º/2015	839,0	1.255,4	1.707,1	2.631,1	5.261,3	13.885,8
3º/2015	828,4	1.350,0	1.659,5	2.630,0	5.263,8	13.596,5
4º/2015	801,2	1.325,2	1.641,5	2.597,2	5.192,0	13.423,5
1º/2016	808,4	1.321,4	1.686,3	2.651,5	5.354,7	13.479,4
2º/2016	795,3	1.310,5	1.671,8	2.638,7	5.358,4	13.105,4
3º/2016	792,4	1.311,0	1.685,9	2.613,6	5.337,0	13.082,9
4º/2016	788,4	1.312,7	1.686,8	2.638,8	5.269,9	13.165,4
1º/2017	802,7	1.340,7	1.683,4	2.639,7	5.274,1	13.255,1
2º/2017	841,6	1.295,7	1.668,6	2.630,0	5.508,6	13.731,5
3º/2017	841,2	1.286,3	1.672,1	2.621,0	5.451,8	13774,5
4º/2017	834,0	1.283,5	1.667,6	2.620,3	5.450,1	13.997,9
1º/2018	840,8	1.313,4	1.684,2	2.644,5	5.413,5	13.666,8
2º/2018	833,3	1.310,8	1.688,0	2.648,0	5.487,7	13.753,6
3º/2018	816,3	1284,9	1.661,9	2.634,7	5.378,3	14.190,0
4º/2018	830,1	1.281,4	1.736,7	2.737,4	5.444,1	14.151,4
1º/2019	836,2	1.309,5	1.752,0	2.742,0	5.506,1	14.322,9
2º/2019	815,8	1.281,5	1.721,5	2.669,5	5.425,6	14.354,1
3º/2019	810,8	1.279,3	1.721,7	2.687,1	5.429,0	14.175,3
4º/2019	813,9	1.274,7	1.718,5	2.666,1	5.353,6	14.378,2

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.4

Renda média domiciliar por faixa de renda – deflator indicador Ipea de inflação por faixa de renda (nov./2019)

(Em R$)

Trimestre	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
1º/2012	961,8	2.078,05	3.219,90	5.636,56	11.116,56	27.553,72
2º/2012	957,2	2.078,28	3.237,91	5.643,58	11.131,43	27.332,32
3º/2012	956,6	2.056,67	3.211,58	5.625,09	11.072,70	28.053,16
4º/2012	960,6	2.048,28	3.182,76	5.603,18	11.192,99	28.052,68
1º/2013	959,2	2.054,74	3.209,86	5.584,66	11.125,47	27.828,46
2º/2013	956,7	2.048,06	3.198,59	5.569,51	11.073,29	28.604,06
3º/2013	963,5	2.035,38	3.184,29	5.539,58	11.037,27	27.532,65
4º/2013	950,7	2.013,05	3.167,14	5.555,16	11.002,34	26.867,50
1º/2014	1.017,6	2.109,62	3.283,04	5.805,59	11.443,64	27.818,82
2º/2014	978,6	2.082,57	3.241,55	5.731,22	11.304,14	28.044,43
3º/2014	961,7	2.069,43	3.224,37	5.705,40	11.254,02	27.682,80
4º/2014	980,6	2.049,93	3.206,50	5.703,67	11.250,46	27.163,25
1º/2015	976,0	2.024,83	3.179,59	5.657,55	11.061,04	27.499,46
2º/2015	965,5	2.018,49	3.141,78	5.636,81	11.188,82	28.264,53
3º/2015	960,2	2.071,25	3.219,46	5.587,38	11.087,91	27.689,91
4º/2015	935,5	2.034,51	3.179,76	5.541,65	10.976,66	27.501,29
1º/2016	939,1	2.031,94	3.195,61	5.641,57	11.163,38	27.827,33
2º/2016	929,1	2.007,62	3.177,32	5.618,17	11.147,91	27.168,58
3º/2016	917,5	2.004,08	3.185,45	5.574,26	11.099,89	26.312,50
4º/2016	914,7	2.002,86	3.188,85	5.604,80	11.051,04	28.258,72
1º/2017	921,6	2.001,04	3.168,77	5.566,90	10.974,95	27.756,74
2º/2017	972,5	2.057,77	3.154,25	5.573,04	11.344,81	29.943,89
3º/2017	971,5	2.062,57	3.155,50	5.552,11	11.307,59	29.745,39
4º/2017	968,8	2.048,18	3.160,43	5.570,76	11.254,94	30.428,61
1º/2018	970,6	2.067,43	3.166,96	5.545,03	11.121,97	28.590,10
2º/2018	969,4	2.059,55	3.172,80	5.575,20	11.126,41	28.745,59
3º/2018	952,8	2.034,35	3.144,33	5.539,37	10.968,60	29.163,44
4º/2018	971,5	2.057,41	3.227,61	5.846,09	11.515,66	29.330,40
1º/2019	971,6	2.076,59	3.241,93	5.837,91	11.453,53	29.298,97
2º/2019	955,5	2.050,7	3.200,4	5.744,2	11.343,9	29.181,5
3º/2019	949,5	2.043,0	3.207,1	5.778,6	11.283,7	28.970,1
4º/2019	952,5	2.033,0	3.189,5	5.731,0	11.283,8	28.905,8

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.5

Taxa de desocupação por Unidade da Federação – UF (2018-2019)

(Em %)

UF	1ª Trim. 2018	2ª Trim. 2018	3ª Trim. 2018	4ª Trim. 2018	1ª Trim. 2019	2ª Trim. 2019	3ª Trim. 2019	4ª Trim. 2019
Rondônia	10,42	8,20	8,62	8,98	8,93	6,73	8,23	8,03
Acre	14,44	13,55	13,11	13,13	18,03	13,59	12,83	13,62
Amazonas	13,93	14,21	13,13	14,41	15,92	13,87	13,28	12,91
Roraima	10,31	11,22	13,48	14,02	14,99	14,92	14,95	14,75
Pará	12,18	11,18	10,91	10,18	11,49	11,18	11,18	9,17
Amapá	21,46	21,27	18,28	19,64	20,17	16,85	16,74	15,57
Tocantins	11,03	11,33	9,76	10,39	12,35	11,43	10,50	9,09
Maranhão	15,60	14,32	13,74	14,04	16,29	14,56	14,14	12,15
Piauí	13,17	13,33	12,31	12,26	12,71	12,77	12,75	13,04
Ceará	12,85	11,71	10,64	10,07	11,42	10,89	11,28	10,10
Rio Grande do Norte	14,91	13,14	12,78	13,40	13,84	12,55	13,40	12,63
Paraíba	11,73	10,95	10,74	10,96	11,09	11,93	11,23	12,07
Pernambuco	17,74	16,89	16,72	15,45	16,09	16,04	15,85	14,00
Alagoas	17,71	17,31	17,08	15,91	15,98	14,61	15,36	13,60
Sergipe	17,08	16,83	17,49	14,98	15,45	15,28	14,68	14,79
Bahia	17,94	16,52	16,17	17,38	18,30	17,30	16,78	16,42
Minas Gerais	12,63	10,79	9,74	9,66	11,16	9,55	9,90	9,47
Espírito Santo	12,53	12,04	11,24	10,19	12,14	10,95	10,56	10,30
Rio de Janeiro	15,04	15,37	14,58	14,81	15,29	15,13	14,52	13,72
São Paulo	13,95	13,64	13,09	12,42	13,48	12,83	11,99	11,48
Paraná	9,61	9,07	8,62	7,82	8,88	8,97	8,94	7,29
Santa Catarina	6,52	6,48	6,18	6,36	7,21	6,02	5,78	5,35
Rio Grande do Sul	8,52	8,33	8,17	7,43	7,99	8,23	8,83	7,14
Mato Grosso do Sul	8,45	7,55	7,19	6,98	9,49	8,27	7,54	6,52
Mato Grosso	9,28	8,51	6,73	6,89	9,12	8,27	8,00	6,39
Goiás	10,26	9,47	8,93	8,20	10,66	10,50	10,83	10,42
Distrito Federal	14,01	12,21	12,64	12,07	14,08	13,68	13,18	12,52

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.